

Sumário

Número de notícias: 33 | Número de veículos: 28

O GLOBO - RJ - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Governo negocia para reduzir impacto fiscal de PEC das Igrejas	4
O GLOBO - RJ - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Operação mira suspeitos de uso irregular do Perse	5
ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - ZERO HORA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Programa do IR é liberado	6
G1 - NACIONAL - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Imposto de Renda 2024: veja o passo a passo para a declaração pré-preenchida	7
PORTAL TERRA - NOTÍCIAS SEGURIDADE SOCIAL	
IR 2024: organize seus informes de rendimentos	9
A TRIBUNA - ES - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Ajuda para declaração do IR de 291 mil	11
FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Declaração do IR inicia na próxima sexta, dia 15	13
O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Posso me aposentar por invalidez? - RECLAMAR ADIANTA	15
O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - O DIA SEGURIDADE SOCIAL	
Desaposentação: como funciona? - FALANDO DE APOSENTADOS	16
CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE SEGURIDADE SOCIAL	
Governo antecipa pagamento de 13º para aposentados e pensionistas do INSS (BENEFÍCIO)	17
FOLHA ONLINE - SP SEGURIDADE SOCIAL	
Governo antecipa 13º do INSS para abril e maio (inss)	18
G1 - NACIONAL - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Governo antecipa pagamento do 13º para aposentados e pensionistas do INSS; veja as datas	19
O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
INSS: governo antecipa pagamento do 13º de aposentados e pensionistas; entenda	20
O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Segundo lote do PIS/Pasep começa a ser pago dia 15	21

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Caixa e BB vão pagar abono do PIS/Pasep..... 23

VALOR ECONÔMICO - SP - CAPA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mudança no imposto sobre herança leva a corrida por doações e planejamento sucessório
..... 24

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

A verdade sobre a tributação no Brasil..... 25

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Educação puxa alta da inflação..... 27

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Inadimplência cai a 5,5%..... 28

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Inflação oficial do país sobe 0,83%..... 29

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Inflação de fevereiro vai a 0,83% com altas de educação e comida..... 30

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Inflação acelera e sobe 0,83% em fevereiro, aponta IBGE..... 31

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - ZERO HORA
ECONOMIA

Inflação acelera em fevereiro..... 32

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

IPCA tem repique, mas sinaliza desaceleração..... 33

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

IPCA sobe acima do esperado no Brasil..... 35

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Composição benigna do IPCA deixa juros futuros em queda..... 36

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Dirigente do BCE fala em "ajuste estrutural"..... 38

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Bolsas batem recorde com "reconfiguração de risco"..... 39

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Rumo vai lançar R\$ 1,2 bilhão em debêntures sem "spread"..... 41

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - ECONOMIA/NACIONAL
ECONOMIA

STJ mantém Selic como correção de dívida civil..... 42

Quarta-Feira, 13 de Março de 2024

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA
ECONOMIA

BID projeta crescimento de 1,5% para o Produto Interno Bruto do país em 2024..... 43

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Inflação anual na Argentina sobe mais e atinge 276% em fevereiro..... 44

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Inflação forte tira urgência de corte de juro nos EUA..... 46

Governo negocia para reduzir impacto fiscal de PEC das Igrejas

BERNARDO LIMA bemardo.lima@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Após reunião com o Ministério da Fazenda, deputados vão fazer alterações na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que busca ampliar a isenção tributária para igrejas. O trecho que garantiria isenção à geração de renda por atividades ligadas ao CNPJ dos templos será retirado do texto, e a proposta deve ser votada em plenário na próxima terça-feira.

Segundo o deputado federal Marcelo Crivella (Republicanos-RJ), autor da proposta, a supressão do trecho da PEC foi um pedido da Fazenda para não abrir margens para interpretações equivocadas. Em contrapartida, será mantida no texto a imunidade tributária para a prestação de serviços e aquisição de bens necessários à formação do patrimônio das igrejas. Também são contempladas instituições religiosas e organizações de assistência ligadas a elas, como creches, asilos e comunidades terapêuticas. Estão previstos ainda benefícios indiretos, como o impedimento para a criação de novos **impostos** e até mesmo a taxação de **tributos** sobre contas de luz.

Crivella, que ontem se reuniu com o secretário da Fazenda, Dário Durigan, e com o relator da PEC, Fernando Máximo (União-RO), disse que a manutenção da isenção sobre atividades de geração de renda dos templos preocupava a **Receita Federal**.

- A geração de renda poderia ser entendida como a igreja tendo que empreender para gerar renda, como ter uma rede de postos de gasolina, e isso não nos interessa -afirmou Crivella.

O texto que tramita no Legislativo foi aprovado em fevereiro de forma simbólica em comissão especial da Câmara, sem a oposição do Palácio do Planalto e com a presença de apenas um deputado governista.

O texto original apresentado por Crivella previa que a isenção abrangesse ainda partidos políticos e instituições sem fins lucrativos, mas isso não foi à frente.

Segundo Crivella, a Fazenda deve entregar um estudo do impacto fiscal que deve ser gerado pela proposta na quinta-feira. Depois disso, o relator Fernando

Máximo vai preparar um texto substitutivo, que será apresentado e votado na Câmara.

Nas contas do relator da matéria, o projeto de lei apresentado pode representar uma perda de arrecadação de R\$ 1 bilhão.

A expectativa de Crivella é de que a PEC seja aprovada com maioria. Para chegar ao Senado, a Proposta de Emenda à Constituição precisa de ao menos 308 votos em dois turnos.

APOIO DO GOVERNO

O texto, de acordo com Máximo e Crivella, foi discutido, ao longo das últimas semanas, com representantes dos ministérios da Fazenda e do Planejamento, e da Casa Civil. Os parlamentares afirmam ter recebido indicação de apoio do governo do presidente Lula.

Deputados classificam o gesto como uma sinalização do Planalto a lideranças evangélicas, insatisfeitas com a suspensão, pela **Receita Federal**, da isenção tributária sobre salários de pastores, tema que deve voltar a ser debatido na semana que vem no grupo de trabalho criado por Haddad em janeiro.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Operação mira suspeitos de uso irregular do Perse

RENATA AGOSTINI renata.agostini@teb.oglobo.com.br
BRASILIA

Produtoras musicais suspeitas de lavagem de dinheiro foram alvo ontem de uma operação conjunta da Polícia Federal e **Receita Federal** em São Paulo. Uma das empresas investigadas é beneficiária do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), criado durante a pandemia de Covid-19 para aliviar a cobrança de **impostos** federais do segmento.

Batizada de Latus Actio, a operação apura crimes contra a ordem tributária cometidos por empresas do setor de entretenimento e tem participação também da Secretaria Municipal da Fazenda de São Paulo.

Além dos mandados de busca, foi decretado o bloqueio judicial de valores em contas bancárias das pessoas físicas e jurídicas investigadas até o limite aproximado de R\$ 1 bilhão, assim como o sequestro de bens imóveis e veículos avaliados em mais de R\$ 60 milhões.

O caso tem origem em informações do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). As investigações mostraram movimentações financeiras realizadas por pessoas físicas sem aparente capacidade financeira e empresas de fachada, conforme a PF. Algumas das pessoas envolvidas no esquema têm "extensa ficha criminal" com envolvimento, inclusive, com o tráfico de drogas e organização criminosa, de acordo com informações dos investigadores.

SONEGAÇÃO DE ISS

O inquérito policial foi instaurado no primeiro semestre de 2022, com fundamento em diligências policiais e informações que apontavam transações financeiras suspeitas envolvendo contas bancárias de pessoas físicas e jurídicas, que estariam sendo utilizadas para movimentar e ocultar recursos de origem ilícita e não declarados ao Fisco, informou a PF.

Segundo a PF, foram "identificadas diversas movimentações, a crédito e débito, com terceiros "laranjas" (indivíduos sem capacidade financeira) e empresas "fictícias" (inexistentes) ou de "fachada", parte delas ligada a indivíduos com extensa ficha criminal por delitos como tráfico de drogas, crimes

contra o patrimônio e organização criminosa." Um dos empresários investigados foi autuado pela **Receita Federal** no ano passado, em valores que superam R\$ 43 milhões.

"Em face das provas coletadas na investigação policial, a **Receita Federal** irá instaurar novas ações fiscais, desta vez contra as pessoas jurídicas, uma delas beneficiária do Perse", afirma a PF.

A Fazenda Municipal de São Paulo, por sua vez, irá instaurar 21 operações fiscais contra empresas investigadas no inquérito, por suspeitas de sonegação do ISS.

FAZENDA DE OLHO

O caso vem sendo monitorado pelo Ministério da Fazenda. As autoridades apuram se as empresas usavam o Perse de forma irregular.

Um dos empresários alvos da operação já havia sido autuado em 2023 pelo Fisco. Outras duas autuações foram abertas ontem para averiguar o eventual uso ilegal do benefício fiscal.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já vinha indicando a parlamentares a suspeita do governo de que o Perse estava sendo usado para lavar dinheiro. O alerta foi dado em meio às discussões sobre a prorrogação do benefício. A equipe econômica queria encerrar o programa em abril, mas lideranças no Congresso pressionam pela extensão.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Programa do IR é liberado

A **Receita Federal** liberou, ontem de manhã, o download do programa do Imposto de Renda (IR) 2024. Inicialmente, a aplicação só estaria disponível a partir de sexta-feira, quando terá início o período para entrega da declaração, que vai até 31 de maio.

Segundo a Receita, os usuários que tiverem a conta gov.br nos níveis ouro ou prata contarão com a facilidade de poder fazer a declaração pré-preenchida. A transmissão dos dados, no entanto, só será possível a partir do dia 15.

O supervisor nacional do Programa do Imposto de Renda, José Carlos Fonseca, diz, por meio de nota, que a antecipação do acesso ao programa permite ao contribuinte tanto verificar as informações necessárias, como levantar eventuais documentações.

Para baixar o programa, é preciso acessar o site da **Receita Federal**. Depois, o contribuinte deve escolher o sistema operacional para fazer o download. O cidadão pode optar entre Windows, MacOS e Linux.

Após escolher o sistema e baixar o arquivo, basta clicar em executar. O arquivo fica na pasta Download do computador. Em seguida, clique em instalar para abrir o programa.

Alteração Uma das principais mudanças no IR da pessoa física para 2024, em relação aos anos anteriores, foi a ampliação do limite de rendimento tributável anual que torna a declaração obrigatória. O valor, que se mantinha há alguns anos, foi ampliado para R\$ 30.639,90.

Houve alteração significativa também no limite dos chamados rendimentos não tributáveis, como a correção da poupança, por exemplo. Este teto, que antes era de R\$ 40 mil, foi ampliado para até R\$ 200 mil. O teto de valores de posses ou propriedades que tomam obrigatória a entrega de declaração também subiu, de R\$ 300 mil para R\$ 800 mil. As regras foram anunciadas pela Receita na semana passada.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/zh/>

Imposto de Renda 2024: veja o passo a passo para a declaração pré-preenchida

Por g1

Os contribuintes que precisam declarar o Imposto de Renda 2024 já podem usar a declaração pré-preenchida. Quem adotar o modelo ou optar pela restituição via PIX terá direito a prioridade no recebimento das restituições.

Neste método, o preenchimento de quase todas as informações é feito de forma automática. A pré-preenchida pode ser utilizada por todos os contribuintes que possuam conta gov.br nos níveis ouro ou prata. Veja aqui como elevar o nível

LEIA MAIS

Saiba tudo sobre o Imposto de Renda 2024Veja quem é obrigado a declararVeja como baixar o programaVeja o calendário dos lotes de restituição

A **Receita Federal** liberou na terça-feira (12) o download para o programa utilizado para o Imposto de Renda 2024. O prazo de entrega vai de 15 de março até 31 de maio neste ano.

Confira a seguir como funciona a declaração pré-preenchida:

O que é a declaração pré-preenchida?Como fazer a declaração pré-preenchida?Quais informações são preenchidas automaticamente?Como estar habilitado?

O que é a declaração pré-preenchida?

A declaração pré-preenchida traz informações de rendimentos, deduções, bens e direitos e dívidas e ônus reais - que são carregadas automaticamente, sem a necessidade de digitação.

Para isso, a Receita se baseia na Declaração de Imposto Retido na Fonte (Dirf) das pessoas jurídicas pagadoras, empresas do ramo de imóveis e de prestadores de serviços de saúde. São usadas também as informações do contribuinte no ano anterior.

A **Receita Federal** avalia que esse tipo de declaração diminui os erros e proporciona maior comodidade ao contribuinte.

O Fisco esclarece, entretanto, que é responsabilidade do contribuinte a verificação da correção de todos os dados pré-preenchidos na declaração, devendo realizar as alterações, inclusões e exclusões das informações necessárias, se for o caso .

Esse tipo de declaração existe desde 2014, mas era necessário ter certificado digital para utilizá-la, o que restringia o número de usuários.

Como fazer a declaração pré-preenchida?

A declaração pré-preenchida poderá ser utilizada por todos os contribuintes em todas as formas de preenchimento disponíveis:

?? NO COMPUTADOR

Baixe o programa da declaração do IR 2024Faça o login da conta gov.br;Abra uma declaração na aba Nova ,Selecione Iniciar declaração a partir da pré-preenchida .

?? ON-LINE

Acesse o portal e-CAC com o login gov.br;Selecione a opção Declarações e Demonstrativos ;Em seguida, Meu Imposto de Renda ;Clique em Preencher declaração online ;Depois, em Iniciar Declaração ,Selecione a opção Pré-Preenchida .

?? EM DISPOSITIVOS MÓVEIS

Acesse o app Meu Imposto de Renda Faça o login com a conta gov.br;Selecione o ano;Selecione Iniciar Declaração ,Escolha a opção Pré-Preenchida .

?? ATENÇÃO: O envio das declarações obedece aos prazos da **Receita Federal** e começa apenas na sexta-feira (15).

Quem pode fazer?

Para realizar a declaração pré-preenchida, o contribuinte precisa elevar o nível de sua conta gov.br para o nível de segurança ouro ou prata.

As contas cadastradas exclusivamente com informações do CPF ou do **INSS** são consideradas de nível bronze. O cadastro feito presencialmente nas

unidades do **INSS** ou Denatran também tem nível bronze.

O usuário pode aumentar o nível de segurança da sua conta fazendo validações por biometria facial ou dados bancários.

Nível prata: validação pelo aplicativo gov.br para conferência da sua foto nas bases da Carteira de Habilitação (CNH) ou por meio de internet banking de bancos parceiros; Nível ouro: validação facial por meio de dados do TSE ou certificado digital.

Veja aqui, em detalhes, como abrir e elevar o nível de uma conta gov.br.

Como estar habilitado?

O primeiro passo para acessar os serviços digitais da **Receita Federal** é fazer um aprimoramento do acesso ao gov.br.

A conta gov.br é uma identificação que comprova em meios digitais quem está usando o sistema ou serviço. Ela é gratuita e está disponível para todos os cidadãos brasileiros. Quem ainda não possui, pode fazer o cadastro pelos seguintes caminhos:

site Acesso (gov.br) App gov.br (link iOS) App gov.br (link Android)

Quem é obrigado a declarar o Imposto de Renda em 2024

quem recebeu rendimentos tributáveis acima de R\$ 30.639,90 em 2023. O valor é um pouco maior do que o da declaração do IR do ano passado (R\$ 28.559,70) por conta da ampliação da faixa de isenção desde maio do ano passado; contribuintes que receberam rendimentos isentos, não-tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte, cuja soma tenha sido superior a R\$ 200 mil no ano passado; quem obteve, em qualquer mês de 2023, ganho de capital na alienação de bens ou direitos, sujeito à incidência do imposto, ou realizou operações em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas cuja soma foi superior a R\$ 40 mil, ou com apuração de ganhos líquidos sujeitas à incidência do imposto; quem teve isenção de imposto sobre o ganho de capital na venda de imóveis residenciais, seguido de aquisição de outro imóvel residencial no prazo de 180 dias; quem teve, em 2023, receita bruta em valor superior a R\$ 153.199,50 em atividade rural (contra R\$ R\$ 142.798,50 em 2022); quem tinha, até 31 de dezembro de 2023, a posse ou a propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, de valor total superior a R\$ 800 mil (contra R\$ 300 mil em 2022); quem passou para a condição de residente no Brasil em qualquer mês e se encontrava

nessa condição até 31 de dezembro de 2023; quem optou por declarar os bens, direitos e obrigações detidos pela entidade controlada, direta ou indireta, no exterior como se fossem detidos diretamente pela pessoa física; Possui trust no exterior; Deseja atualizar bens no exterior.

Site: <https://g1.globo.com/economia/imposto-de-renda/noticia/2024/03/13/imposto-de-renda-2024-veja-o-passo-a-passo-para-a-declaracao-pre-preenchida.ghtml>

IR 2024: organize seus informes de rendimentos

Murillo Torelli

Com a chegada de março, muitos brasileiros já começam a se preparar para cumprir com uma de suas obrigações anuais: a declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF). Embora o prazo para a entrega oficial inicie apenas em 15 de março, é fundamental começar a organizar os informes desde já.

O informe de rendimentos, também conhecido como comprovante de rendimentos, é um documento essencial para a elaboração da declaração do IRPF. Esse documento detalha os valores recebidos ao longo do ano por uma pessoa física, compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro. Sua emissão é obrigatória para aqueles que receberam rendimentos sujeitos à retenção do Imposto de Renda, incluindo tanto pessoas físicas quanto jurídicas.

As fontes pagadoras, sejam elas empresas, corretoras de investimentos, bancos ou o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), são responsáveis por fornecer esses informes de rendimentos aos contribuintes, documentos cruciais para que o declarante possa detalhar seus ganhos e descontos ao preencher a declaração de Imposto de Renda.

O informe de rendimentos não é apenas uma formalidade, mas uma ferramenta que permite aos contribuintes apresentar de forma transparente suas informações financeiras ao Fisco. Ele inclui não apenas os valores recebidos, mas os descontos, como imposto de renda retido na fonte, contribuições previdenciárias e outros descontos aplicáveis.

Diversas instituições emitem informes de rendimentos e é importante que os contribuintes estejam atentos aos prazos estabelecidos pela **Receita Federal**. Em geral, as empresas e fontes pagadoras devem fornecer esses documentos até o último dia útil de fevereiro. Este ano, portanto, os informes de rendimentos devem estar em posse dos contribuintes até o dia 29 de fevereiro, mas é possível que, na próxima semana, alguns com atrasos ainda sejam enviados.

Ao receber o informe de rendimentos, o recomendado é revisar cuidadosamente as informações apresentadas. Certifique-se de que todos os valores

estejam corretos e em conformidade com sua realidade financeira. Caso identifique qualquer discrepância, entre em contato com a fonte pagadora para correções antes de iniciar a declaração do IR.

Organizar os informes de rendimentos antecipadamente não apenas facilita o processo de declaração, mas ajuda a evitar possíveis transtornos e correções de última hora. Esteja atento aos prazos, mantenha seus documentos financeiros em ordem e comece o processo de declaração do Imposto de Renda de 2024 de maneira tranquila e organizada. Afinal, uma declaração precisa é a chave para evitar problemas futuros e assegurar o cumprimento de suas responsabilidades fiscais.

O informe de rendimentos, também conhecido como comprovante de rendimentos, é um documento essencial para a elaboração da declaração do IRPF. Esse documento detalha os valores recebidos ao longo do ano por uma pessoa física, compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro. Sua emissão é obrigatória para aqueles que receberam rendimentos sujeitos à retenção do Imposto de Renda, incluindo tanto pessoas físicas quanto jurídicas.

As fontes pagadoras, sejam elas empresas, corretoras de investimentos, bancos ou o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), são responsáveis por fornecer esses informes de rendimentos aos contribuintes, documentos cruciais para que o declarante possa detalhar seus ganhos e descontos ao preencher a declaração de Imposto de Renda.

O informe de rendimentos não é apenas uma formalidade, mas uma ferramenta que permite aos contribuintes apresentar de forma transparente suas informações financeiras ao Fisco. Ele inclui não apenas os valores recebidos, mas os descontos, como imposto de renda retido na fonte, contribuições previdenciárias e outros descontos aplicáveis.

Diversas instituições emitem informes de rendimentos e é importante que os contribuintes estejam atentos aos prazos estabelecidos pela **Receita Federal**. Em geral, as empresas e fontes pagadoras devem fornecer esses documentos até o último dia útil de fevereiro. Este ano, portanto, os informes de rendimentos devem estar em posse dos contribuintes até o dia 29 de fevereiro, mas é possível que, na

próxima semana, alguns com atrasos ainda sejam enviados.

Ao receber o informe de rendimentos, o recomendado é revisar cuidadosamente as informações apresentadas. Certifique-se de que todos os valores estejam corretos e em conformidade com sua realidade financeira. Caso identifique qualquer discrepância, entre em contato com a fonte pagadora para correções antes de iniciar a declaração do IR.

Organizar os informes de rendimentos antecipadamente não apenas facilita o processo de declaração, mas ajuda a evitar possíveis transtornos e correções de última hora. Esteja atento aos prazos, mantenha seus documentos financeiros em ordem e comece o processo de declaração do Imposto de Renda de 2024 de maneira tranquila e organizada. Afinal, uma declaração precisa é a chave para evitar problemas futuros e assegurar o cumprimento de suas responsabilidades fiscais.

Site: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/ir-2024-organize-seus-informes-de-rendimentos,4f879fd7a12478b79c95d8caba289e6aldfn1mlq.html>

Ajuda para declaração do IR de 291 mil

Rodrigo Péret

A temporada de declaração do Imposto de Renda (IR) deste ano se inicia na próxima sexta-feira e vai até 31 de maio. E os 291.085 Microempresários Individuais (MEIs) ativos no Estado devem se atentar a alguns pontos destacados por especialistas.

A contadora e consultora tributária e de benefícios fiscais Emanuelli Cris tini lembrou que todos os MEIs são obrigados a fazer a Declaração Anual do Simples Nacional (DASN-SIMEI). "Os que não tiveram faturamento precisam enviar declaração zerada. A falta de entrega implica em multa de R\$ 50", explica. O prazo para a entrega da DASN também é até o dia 31 de maio.

Ela também frisou que os MEIs devem ficar atentos ao limite de faturamento. Se tiver ultrapassado o limite de RS 81 mil, ele está sujeito a ir para outro regime de apuração que paga mais imposta "Ele também não pode se esquecer de informar se existe empregado e o salário. Outro ponto que o Estado vem fiscalizando é relacionado ao valor de compra de mercadorias no CNPJ em valor significativamente maior que o declarado no faturamento, o que leva o Fisco a investigar/fiscalizar a situação".

O advogado tributarista Sandro Câmara explica que o MEI também poderá ser obrigado a declarar o Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) em alguns casos, como quem recebeu rendimentos tributáveis acima de RS 28.559,70 ou teve rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados na fonte que ultrapassaram RS 40 mil.

"Mas, mesmo não sendo obrigado, é vantajoso muitas vezes fazer mesmo assim, para a pessoa ter uma comprovação de renda, que às vezes vai ser importante para ela adquirir um financiamento junto a um banco", lembrou a doutora em contabilidade e economia e líder do comitê de Economia do Ibef-ES, Flávia Rapozo.

No caso do MEI que também tem emprego com carteira assinada, é preciso informar, na sua declaração anual de microempreendedor (DASN-SIMEI) as duas fontes de rendimento, indicando cada fonte pagadora e a respectiva renda oriunda delas.

O consultor financeiro Leonardo Rodan acrescenta que quem é MEI deve ficar atento ao seu rendimento bruto anual e saber qual a sua faixa de isenção que

será aplicada ao seu lucro líquido. "Esta faixa de isenção é definida conforme o tipo da sua atividade", explica.

DECLARAÇÃO do Imposto de Renda Pessoa Física pode requerer inclusão dos valores obtidos como empreendedor

Ajuda para financiar um imóvel

A apresentação da declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) pode cumprir um papel crucial na hora de adquirir um imóvel por meio de financiamento, explica o diretor do Sindicato das Empresas de Administração, Comercialização e Atividades Imobiliárias (Secovi-ES) Ricardo Gava.

Ele explica que o documento é imprescindível para demonstrar aos credores a capacidade financeira do solicitante, evidenciando sua habilidade em cumprir com as obrigações das parcelas do financiamento desejado.

Manter-se regular com as obrigações fiscais, organizar adequadamente os documentos e entender os requisitos dos credores são etapas fundamentais para a elaboração de uma declaração de renda precisa.

"Realizar a declaração corretamente aumenta consideravelmente as chances de aprovação do financiamento, concretizando o sonho da casa própria. Isso é especialmente relevante para autônomos, profissionais liberais e empresários, para quem essa declaração é o principal documento analisado pelo banco durante a solicitação de crédito."

Além disso, a declaração pode ajudar trabalhadores autônomos ou informais a obter empréstimos. Os trabalhadores que não têm holerite ou contracheque emitido por uma empresa podem usar a declaração anual como comprovação de renda.

GAVA: chance maior de aprovação

SAIBA MAIS

Como pessoa jurídica

TODOS OS MEIS são obrigados a fazer a DASN-SIMEI (Declaração Anual do Simples Nacional), mesmo que a empresa não tenha faturamento no período, para cumprir seu papel como empresário.

Como pessoa física

PORÉM pode ser que ele precise fazer a declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física para cumprir o papel como contribuinte.

0 MEI NECESSITA DECLARAR

COMO PESSOA FÍSICA SE:

RECEBEU em rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70;

TEVE RENDIMENTOS isentos, não tributáveis ou tributados na fonte que ultrapassaram R\$ 40 mil;

REALIZOU OPERAÇÕES em bolsas de valores, de mercadorias ou de futuros. totalizando mais de R\$ 40 mil. ou teve ganhos líquidos tributáveis nessas operações;

TEVE RECEITA bruta na atividade rural acima de R\$ 142.798.50: possuía, até o final de 2022. bens ou direitos

que somavam mais de R\$ 300.000;

MUDOU-SE para o Brasil em 2023 e estava nessa condição em 31 de dezembro de 2023.

Desconto

ANTES DE realizar a declaração, cada profissional também deve estar atento ao tipo de atividade exercida. Isso porque é preciso subtrair do valor total dos rendimentos a taxa de isenção do MEI, que varia de acordo com o segmento do empreendedor.

AS ALÍQUOTAS DE DESCONTO

8% PARA COMÉRCIO, indústria, transporte de cargas e MEI Caminhoneiro;

16% PARA TRANSPORTE de passageiros;

32% PARA SERVIÇOS em geral.

Exemplos

UM MEI DA categoria de prestação de serviços que teve receita em 2023 de R\$ 80 mil. terá uma renda não tributável de R\$ 25.600. É possível chegar ao valor multiplicando a receita pela taxa de isenção ($80.000 \times 32\% = 25.600$).

CASO ELE RETIRE da empresa mais do que R\$ 25.600. essa parte será tributável. Se o total da retirada for, por exemplo, de R\$ 60 mil. a quantia

tributável será de R\$ 34.400.

COMO esse total ultrapassa a faixa máxima de rendimentos estipulada pela **Receita Federal** (R\$ 28.559.70), o contribuinte acaba sendo obrigado a entregar a declaração.

OUTRO PONTO importante é que o MEI também deve comprovar os gastos que teve com a própria empresa, como os custos com compra de mercadorias, serviços, água. luz. aluguel, entre outros.

CÁLCULO de **tributos**: dedução

Seguro-desemprego para empreendedores em debate

Um novo projeto de lei propõe a concessão do seguro-desemprego para trabalhadores que tenham sido dispensados sem justa causa e sejam microempreendedores ou sócios de uma sociedade empresária.

O autor do projeto é o deputado Jonas Donizette (PSB-SP) que argumenta que muitos desses profissionais, apesar de terem um negócio próprio, não conseguem gerar renda suficiente para se sustentar.

O Projeto de Lei 323/24 inserirá a regra na Lei do Seguro-Desemprego que prevê assistência temporária aos dispensados sem justa causa ou resgatados de trabalho forçado ou condição semelhante à de escravo.

A legislação proposta permitirá acesso ao benefício para profissionais ligados a microempreendimentos que não tenham obtido lucro ou qualquer rendimento nos 24 meses anteriores.

Jonas Donizette justificou a proposta citando uma decisão recente

do Tribunal Regional Federal da 1ª Região que reconheceu o direito de um trabalhador sócio de empresa ao seguro-desemprego.

"Esse trabalhador foi dispensado sem justa causa e não possuía renda própria suficiente para manter sua família. O TRF-1 concluiu que o fato de ser sócio de empresa não impedia o recebimento do benefício", explica o parlamentar.

DONIZETTE: sem renda suficiente

Declaração do IR inicia na próxima sexta, dia 15

DA REDAÇÃO COM AGÊNCIAS

Disponível para download desde ontem (12), o programa da **Receita Federal** para o Imposto de Renda Pessoa Física 2024 começa a receber as declarações a partir da próxima sexta-feira (15). De acordo com o supervisor nacional do programa do Imposto de Renda, José Carlos Fonseca, a antecipação permite que as pessoas já verifiquem quais são as informações necessárias e eventuais documentos faltantes.

No portal da Receita, o contribuinte só precisa escolher o sistema operacional compatível com seu computador. O programa está disponível para download nas seguintes plataformas: Windows, MacOs (da Apple), Linux e a versão Multiplataforma.

A declaração do IR também pode ser preenchida de forma online, pelo portal e-CAC, sem precisar baixar ou instalar qualquer programa, ou ainda pelo aplicativo Meu Imposto de Renda, disponível para celulares e tablets, nos sistemas Android e iOS.

Contas Para logar no site, o contribuinte precisa de uma conta gov.br nível prata ou ouro - não haverá mais o acesso com o selo bronze.

A declaração está disponível na ficha "Meu Imposto de Renda", localizada na aba "Declarações e Demonstrativos". Será possível preencher o documento com a declaração pré-preenchida que, agora, está acessível para 75% dos declarantes.

Os contribuintes poderão declarar pelo modelo simplificado ou pelo completo. O modelo completo permite deduzir todas as despesas efetuadas, enquanto no simplificado a dedução é limitada a 20% dos rendimentos tributáveis ou R\$ 16.754,34, explica Frederico Fonseca, sócio do Rolim, Goulart, Cardoso Advogados.

Escolha Para o advogado tributarista David Nigri, é preciso avaliar as despesas para escolher a melhor opção.

Caso estas tenham sido baixas, ele sugere optar pelo modelo simplificado. Mas se o contribuinte tiver muitos gastos dedutíveis, como com saúde, por exemplo, o melhor é a declaração completa. A própria Receita

facilita a tomada de decisão: preenchida a declaração, basta consultar a janela "Opção pela Tributação", no canto inferior esquerdo do programa.

A opção "Por Deduções Legais" corresponde ao modelo completo, e "Por Desconto Simplificado", ao simplificado. O programa mostrará, para cada opção, o valor do imposto a pagar ou da restituição a receber. A declaração do IR 2024 deve ser entregue até 31 de maio.

Isentos A declaração deste ano teve algumas mudanças. Dentre as principais novidades, está a atualização dos limites de obrigatoriedade para entrega da declaração. O limite para rendimentos tributáveis subiu de R\$ 28.559,70 para R\$ 30.639,90.

O teto para rendimentos isentos e não tributáveis também mudou.

Este ano, ele passou de R\$ 40 mil para R\$ 200 mil. Em outras palavras muitos contribuintes com determinados tipos de ganhos de capital, como a venda de imóveis, lucros e dividendos recebidos, indenizações por rescisão de contrato de trabalho e outros tipos de receitas, até o limite estabelecido, não estarão obrigados à entrega da declaração.

Além disso, quem tinha até o final do ano-calendário posse ou propriedade de bens até R\$ 300 mil estava obrigado a declarar o imposto. Este ano esse limite aumentou para R\$ 800 mil.

COMO DECLARAR O IMPOSTO DE RENDA: PASSO 1: Escolha a plataforma Declaração online - Preencha e envie direto pela internet. Para acessar, você precisará de uma conta gov.br com nível prata ou ouro.

Programa de computador - Baixe e instale o programa do imposto de renda no seu computador para preencher e enviar a declaração.

Celular ou tablet - Instale o app disponível na App Store ou Google Play para preencher e enviar a declaração pelo seu celular ou tablet.

PASSO 2: Inicie uma nova declaração Pré-preenchida - Se você tem uma conta gov.br, nível prata ou ouro, esta é a melhor opção.

Declaração com base na anterior - Informações como fontes pagadoras, bens e deduções serão importadas, mas precisarão ser atualizadas (disponível apenas pelo programa)

Declaração em branco - Durante o preenchimento você pode importar informações sobre rendimentos e deduções médicas pelo menu "Importar" do programa.

PASSO 3: Revise e envie Escolha o desconto - Os descontos legais consideram suas despesas para reduzir o valor a pagar de imposto. O desconto simplificado aplica um único desconto padrão de 20% sobre os rendimentos.

Confira o resultado - Valor calculado de imposto a pagar for menor do que o imposto que foi pago, você tem direito à restituição.

Quando o valor do imposto for maior que o pago, você precisa pagar imposto.

Consulte as pendências - Os erros são causados pela falta ou digitação incorreta de informações obrigatórias.

Os avisos significam que informações opcionais foram deixadas em branco.

O contribuinte precisa estar atento a todos os documentos que deverão ser apresentados

Site:

<http://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/isza/#p=1>

Posso me aposentar por invalidez? - RECLAMAR ADIANTA

ÁTILA A. NUNES

Fui diagnosticada com esclerose múltipla. Como faço para requerer a aposentadoria por invalidez?

Edith Souza, Vaz Lobo.

Segundo a advogada Jeanne Vargas, para obter a aposentadoria por invalidez do **INSS**, é essencial ser segurado no momento da invalidez e atestar a incapacidade dentro do período de contribuição ou pelo menos dentro do período 'de graça', que é quando, mesmo sem contribuição, o trabalhador continua protegido pela Previdência e com os mesmos direitos de quem contribui. "Esse período pode ser estendido até 36 meses sem contribuição: 24 meses para o trabalhador que já tem mais de 120 contribuições sem perder a condição de segurado e 12 meses para aquele trabalhador desempregado. Além disso, é preciso ter a carência de no mínimo 12 contribuições mensais", explica.

No caso da esclerose múltipla, a carência é dispensada.

Tendo em vista que há um rol de doenças graves que não precisam de carência, elencadas no art. 151 da lei 8.213/91.

A especialista pontua que é preciso comprovar incapacidade total e permanente para o trabalho. O pedido pode ser feito diretamente no **INSS** através do site ou do aplicativo Meu **INSS** ou pela central telefônica 135. No requerimento, o segurado deve apresentar laudos médicos que atestem a CID (Classificação Internacional da Doença) e a data do início da incapacidade para o trabalho.

Depois, o segurado vai passar por uma perícia médica, que avaliará a sua incapacidade.

Conhecer os requisitos e procedimentos para obter a aposentadoria por invalidez é fundamental para garantir seus direitos previdenciários.

Esteja informado e busque os recursos disponíveis para assegurar sua segurança e bem-estar, salienta o advogado Átila Nunes do serviço www.reclamaradianta.com.br.

com.br. O atendimento é gratuito pelo e-mail juridico@reclamaradianta.com.br.

com.br ou pelo WhatsApp (21) 99328-9328.

Site: <https://ootimista.com.br/edicao-do-dia/>

Desaposentação: como funciona? - FALANDO DE APOSENTADOS

JOÃO ADOLFO DE SOUZA

Não é incomum os beneficiários do **INSS** sofrerem com dificuldades econômicas, principalmente quem recebe apenas um salário mínimo. Por conta disso, mesmo recebendo os benefícios previdenciários, muitos optam por continuar trabalhando para, dessa forma, aumentar a renda mensal. Recentemente, a notícia sobre a possibilidade de desaposentação mexeu com os ânimos de todos os beneficiários.

Mas o que isso significa e quais os impactos para quem decidir optar por isso? Essa possibilidade realmente ajuda economicamente os beneficiários?

Vamos descobrir.

A desaposentação é a possibilidade de o beneficiário que voltou ao mercado de trabalho renunciar à aposentadoria e pedir um novo cálculo após nova contribuição ao **INSS**.

Ou seja, a desaposentação permite que a pessoa volte a contribuir e que essas contribuições somem no cálculo do benefício quando ela decidir parar de trabalhar novamente.

O senador Paulo Paim apresentou o projeto de lei 299/2023 novamente ao Senado. De acordo com o texto, que altera a lei 8213/1991 sobre os benefícios previdenciários, qualquer aposentado poderá renunciar, ficando assegurada a contagem do tempo de contribuição que serviu de base para a concessão do benefício originário para fins de concessão de novo benefício.

Além disso, não é necessário devolver os valores recebidos pelo benefício anterior. De acordo com o autor, o projeto é importante para possibilitar aos beneficiários uma vantagem no recálculo, com acréscimo do novo tempo de serviço.

O projeto precisa passar pelos trâmites para começar a valer. Após discussão no Senado, o projeto segue para as comissões na Câmara dos Deputados e para a Presidência da República.

Atualmente, é muito raro encontrar algum beneficiário que esteja totalmente satisfeito com os valores recebidos pelo **INSS**. Muitos não conseguem suprir

todos os gastos que possuem. Por isso, a possibilidade de desaposentadoria pode ser muito benéfica para todas essas pessoas que ainda trabalham depois de receber o benefício.

Para saber mais informações sobre o **INSS**, economia e finanças, você pode me acompanhar no meu canal no YouTube, João Financeira, e meu perfil no Instagram, @ joaofinanceiraoficial.

Site: <https://ootimista.com.br/edicao-do-dia/>

Governo antecipa pagamento de 13º para aposentados e pensionistas do INSS (BENEFÍCIO)

Correio Braziliense

O governo federal antecipou o pagamento do abono anual para os beneficiários da **Previdência Social**, também conhecido como 13º do **INSS**. A medida foi assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e publicada no Diário Oficial da União desta quarta-feira (13/3).

O abono é destinado às pessoas que durante o ano de 2024 tenham recebido auxílio por incapacidade temporária, auxílio-acidente, aposentadoria, pensão por morte ou auxílio-reclusão da **Previdência Social**.

O pagamento será feito em duas parcelas, sendo que a primeira corresponderá a 50% sobre o valor do benefício no mês de abril e a segunda parcela corresponderá à diferença entre o valor total do abono

anual e o valor da parcela antecipada e será paga juntamente com os benefícios da competência do mês de maio.

Na hipótese de cessação programada do benefício antes de 31 de dezembro de 2024, será pago o valor proporcional do abono anual ao beneficiário, diz o decreto. Geralmente, o abono é pago no segundo semestre de cada ano, mas o governo costuma antecipar o pagamento para estimular a economia.

O Ministério da **Previdência Social** ainda não informou quantas pessoas terão direito ao abono.

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores pelo e-mail sredat.df@dabr.com.br

Site:

<https://www.correio braziliense.com.br/economia/2024/03/6817770-inss-governo-atencipa-13-para-aposentados-e-pensionistas.html>

Governo antecipa 13º do INSS para abril e maio (inss)

O presidente Lula (PT) assinou decreto que antecipa o calendário de pagamentos do 13º de aposentados e pensionistas do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social).

O decreto foi publicado na edição desta quarta-feira (13) do Diário Oficial da União.

A medida faz parte de medidas para estimular a economia após o crescimento estagnar no segundo semestre do ano passado.

Segundo o decreto, o pagamento será feito em duas parcelas: a primeira em abril e a segunda em maio.

Normalmente os pagamentos são realizados no segundo semestre de cada ano (em agosto e novembro).

Terão direito aos pagamentos as pessoas que, em 2024, tenham recebido auxílio por incapacidade temporária, auxílio-acidente, aposentadoria, pensão por morte ou auxílio-reclusão.

assine ou faça login

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/03/governo-antecipa-13o-do-inss-para-abril-e-maio.shtml>

Governo antecipa pagamento do 13º para aposentados e pensionistas do INSS; veja as datas

Por Wesley Bischoff, g1 - São Paulo

O presidente Lula (PT) assinou um decreto antecipando o pagamento do abono anual aos beneficiários da **Previdência Social**, também conhecido como 13º do **INSS**. A medida foi publicada nesta quarta-feira (13).

Terão direito ao abono pessoas que, em 2024, tenham recebido auxílio por incapacidade temporária, auxílio-acidente, aposentadoria, pensão por morte ou auxílio-reclusão da **Previdência Social**.

De acordo com o decreto, o abono será pago em duas parcelas:

a primeira será depositada junto com o benefício de abril; a segunda será depositada junto com o benefício de maio.

Geralmente, o abono é pago no segundo semestre de cada ano. No entanto, nos últimos anos, o governo antecipou o benefício com o objetivo de estimular a economia.

Em 2022 e 2023, por exemplo, o abono foi pago em maio e junho.

Até a publicação desta reportagem, o governo não havia divulgado quantas pessoas seriam beneficiadas pela medida.

Calendário

Veja, a seguir, o calendário de pagamentos de benefícios do **INSS** para abril e maio de 2024.

VÍDEOS: mais assistidos do g1

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/03/13/governo-antecipa-13o-para-aposentados-e-pensionistas-do-inss-para-o-1o-semester-veja-as-datas.ghtml>

INSS: governo antecipa pagamento do 13º de aposentados e pensionistas; entenda

Alice Cravo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou um decreto antecipando o pagamento do 13º para segurados e dependentes a **Previdência Social**. A medida foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta quarta-feira.

Terão direito ao pagamento segurados e dependentes que tenham recebido em 2024 o auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença), auxílio-acidente, aposentadoria, pensão por morte ou auxílio-reclusão.

O pagamento será feito em duas parcelas:

Na hipótese de o benefício ser cessado antes de 31 de dezembro de 2024 será pago o valor proporcional do abono anual.

O abono costuma ser pago no segundo semestre de cada ano. Nos últimos anos, o governo tem antecipado o pagamento para estimular a economia.

Como mostrou o GLOBO, cerca de 33 milhões de beneficiários devem receber o repasse. A medida vai injetar na economia no primeiro semestre em torno de R\$ 66 bilhões.

Aposentados e deficientes da baixa renda que recebem benefício assistencial, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) não têm direito à gratificação.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/03/13/inss-governo-antecipa-pagamento-do-13-entenda.ghtml>

Segundo lote do PIS/Pasep começa a ser pago dia 15

A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil começam a pagar, nesta sexta (15/03), o abono do PIS/Pasep 2024. O valor do abono salarial vai de R\$ 118 a R\$ 1.412, para os nascidos em fevereiro. O calendário de pagamento vai até agosto, mas os valores podem ser sacados até dezembro.

Neste ano, o calendário de pagamento do benefício foi unificado e será feito pelo mês de nascimento dos profissionais. Ao todo serão R\$ 28 bilhões pagos a um total de 25 milhões de profissionais. Serão 22 milhões de empresas privadas e 2,9 milhões **servidores públicos**. Em 2023, foram pagos R\$ 25 bilhões para 24,5 milhões de profissionais.

Segundo o calendário de pagamento os nascidos em março e abril começam a receber dia 15 de abril. Os que nasceram em maio e junho iniciam recebimento em 15 de maio. Já os nascidos em julho e agosto começam a receber dia 17 de junho. Para quem nasceu em setembro e outubro o recebimento começa em 15 de julho e finaliza com os nascidos em novembro e dezembro, que recebem dia 15 de agosto. Todos os pagamentos seguem até o dia 27 de dezembro deste ano.

Têm direito ao abono os trabalhadores que estão cadastrados no programa PIS/ Pasep há pelo menos cinco anos; tenham trabalhado formalmente no mínimo 30 dias no ano de 2022; tenham recebido, no ano de referência (2022), média mensal de até dois salários mínimos e aqueles em que o empregador informou corretamente os dados do funcionário na Rais (Relatório Anual de Informações Sociais) do ano-base.

A consulta é feita por meio do aplicativo Carteira de Trabalho Digital ou no Portal Gov.br. O app está disponível nas lojas Play Store (Android) e App Store (iOS). O desenvolvedor do aplicativo oficial é o Serviços e Informações do Brasil. O número do PIS é o mesmo do NIT (Número de Registro do Trabalhador) e do NIS (Número de Identificação Social). Ele pode ser encontrado na carteira de trabalho, tanto física (está na primeira página) quanto digital, no Cartão Cidadão e em outros aplicativos e sites de serviços do governo como o Meu **INSS**, o portal de serviços do Ministério do Trabalho e Emprego, o Cnis (Cadastro Nacional de Informações Sociais) e os aplicativos do FGTS, do Caixa Trabalhador e do Caixa Tem.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/13-03-2024-edicao-247624/>

Caixa e BB vão pagar abono do PIS/Pasep

(Cristiane Gercina e Patrick Fuentes/Folhapress)

São Paulo - A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil começam a pagar, na próxima sexta-feira (15), o abono do PIS/Pasep 2024 a profissionais com direito ao benefício. Neste mês são contemplados os nascidos em fevereiro.

O valor do abono salarial vai de R\$ 118 a R\$ 1.412, variando de acordo com os meses trabalhados durante ano-base de 2022. O calendário de pagamento vai até agosto, mas os valores podem ser sacados até dezembro.

Neste ano, o calendário de pagamento do benefício foi unificado e será feito pelo mês de nascimento dos profissionais.

Antes, servidores recebiam os valores de acordo com número final de inscrição no Pasep. Ao todo serão R\$ 28 bilhões pagos a um total de 25 milhões de profissionais, sendo, 22 milhões de empresas privadas e 2,9 milhões **servidores públicos**. Em 2023, foram pagos R\$ 25 bilhões para 24,5 milhões de profissionais.

O pagamento do Programa de Integração Social (PIS) é feito pela Caixa a trabalhadores da iniciativa privada que têm carteira assinada.

O dinheiro é liberado automaticamente para quem é cliente do banco, conforme o mês de aniversário do trabalhador.

Os demais beneficiários receberão na poupança social digital movimentada pelo Caixa Tem.

Neste mês, serão pagos R\$ 1,9 bilhão aos trabalhadores nascidos em janeiro. Os valores do abono salarial variam de acordo com a quantidade de dias trabalhados durante o ano-base, que é 2022.

Já o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) é pago pelo Banco do Brasil a servidores que trabalharam no ano-base de 2022. A liberação dos valores ocorre conforme o número final de inscrição do servidor público.

O calendário vai de fevereiro a agosto, com data-limite para o saque em 27 de dezembro.

Clientes do Banco do Brasil recebem direto na conta. Os demais devem procurar uma agência bancária para

sacar o dinheiro.

O abono é pago conforme o número de meses trabalhados no ano-base e pode chegar a um salário mínimo, hoje em R\$ 1.412. A consulta é feita por meio do aplicativo Carteira de Trabalho Digital ou no Portal Gov.br. O app está disponível nas lojas Play Store (Android) e App Store (iOS).

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-13-03-2024/>

Mudança no imposto sobre herança leva a corrida por doações e planejamento sucessório

Adriana Aguiar De São Paulo

A aprovação da **reforma tributária** tem provocado uma corrida para fazer doações em vida e planejamentos sucessórios ainda neste ano, visto como a última janela para aproveitar as regras atuais, antes das mudanças aprovadas pelo Congresso Nacional. Em média, o aumento da demanda nos grandes escritórios de advocacia tem sido de 40%, segundo profissionais ouvidos pelo Valor.

Atualmente, o ITCMD, que incide sobre heranças e doações, tem alíquotas que variam entre 2% e 8%, conforme o Estado. A alíquota máxima não muda, mas os entes federativos terão de aplicar uma tributação progressiva. No Rio de Janeiro, o in te iva lo em vigor já é de 4% a 8%. Mas, em São Paulo, a alíquota é fixa, de 4%, por isso é grande no Estado a busca por planejamentos sucessórios e doações.

No mês passado, o deputado Antonio Donato (PT-SP) apresentou projeto na Assembleia Legislativa para adoção de alíquotas progressivas, de 2% a 8%. Se aprovado, pode significar o dobro de imposto para patrimônios acima de R\$ 9,9 milhões. No Estado, a arrecadação com o ITCMD em janeiro foi de R\$ 219,5 milhões, 34,1% acima do apurado no mesmo mês de 2023.

Pelo menos mais oito Estados, que têm alíquota fixa, terão que passar por mudanças que podem gerar tributo maior: Alagoas, Amapá, Amazonas, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná e Roraima. Mas ainda não existem projetos de lei em andamento.

"Discussões fiscais aumentam mais a demanda porque geram um impacto direto no bolso", diz o advogado Rafael Stuppiello. Em geral, as reestruturações envolvem empresas familiares, segundo Ettore Botteselli, também advogado. Nesses casos, estudos avaliam a possibilidade de doação em vida para pagar menos **impostos**, por exemplo.

A movimentação também ocorre porque a **reforma tributária** permite que Estados cobrem imposto sobre doações ou heranças provenientes do exterior sem a

exigência de lei complementar federal específica.
Página EI

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187813?page=1§ion=1>

A verdade sobre a tributação no Brasil

Samuel Hanan

O Brasil cobra de todos os contribuintes (pessoas físicas e jurídicas) sediados no território nacional, cerca de 33,71% do valor de todos os bens e serviços produzidos no país. Esse percentual coloca a nação na 14ª posição entre aquelas com maior carga tributária do planeta.

Paradoxalmente, o Brasil registra um dos piores índices mundiais de retorno dos **impostos** em serviços para o bem-estar da população. Vergonhosamente, há décadas permanece estagnado na última posição do Índice de Retorno de Bem Estar à Sociedade (IRBES) entre 30 países analisados e pontuados numa equação que inclui carga tributária, Produto Interno Bruto (**PIB**) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Além de manter a enorme disparidade entre a cobrança de **impostos** e a devolução dos serviços públicos, o governo brasileiro ainda gasta muito mais do que arrecada, ignorando um princípio básico da economia.

O resultado desse desequilíbrio é extremamente danoso. Para fechar suas contas, o governo é forçado a buscar recursos nas instituições bancárias, contraindo novas dívidas e pagando juros expressivos, num círculo vicioso responsável pelo aumento da dívida pública.

Em 2023, as receitas do governo mais uma vez não foram suficientes para pagar todas as despesas. O ano finalizou com a dívida pública alcançando 74,3% do **PIB** de R\$ 10,9 trilhões, ou seja, R\$ 8,1 trilhões em valores nominais. Com juros de mercado entre 9,5% a 10,5% ao ano, a rolagem dessa dívida custou aos cofres públicos R\$ 870 bilhões, no mínimo.

Esmiuçando, o governo geral (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) tem consumido 33,71% do **PIB** (referente à arrecadação tributária), mais 1,20% do **PIB** (receitas relativas a dividendos, outorgas, alienações de bens e outras fontes), 2,12% (déficit primário) e outros 8% do **PIB** em encargos financeiros. Somando tudo, essas despesas superam 45% do **PIB**.

É muito preocupante, ainda, o aumento do déficit apesar do crescimento de 2,9% do **PIB** em 2023. No ano anterior - 2022 - registramos os mesmos 2,9% de crescimento do **PIB**, porém com superávit primário de R\$ 47 bilhões. Pioramos, então. É incompreensível

que, mesmo com **PIB** maior e com as despesas superando 45% do **PIB**, o Brasil tenha investido apenas e tão somente ridículos 2,3% dessa riqueza gerada, sendo que à União coube investimento de apenas 0,3% do **PIB**. O povo brasileiro, enfim, tem de pagar a conta mesmo recebendo muito pouco de retorno em bem-estar social, comparativamente ao sacrifício a que é submetido.

O futuro não se vislumbra mais positivo. Os especialistas apontam que, em 2024, o crescimento do **PIB** não repetirá o desempenho de 2023 e dificilmente vai superar 2,1%. Isso implicará em receitas menores e, mantidas as despesas nos níveis atuais (cenário improvável face os reajustes salariais ora em discussão), haverá mais endividamento ou maior cobrança de **tributos**. Ou as duas coisas juntas.

É preciso considerar, ainda, os custos indiretos assumidos compulsoriamente pelos contribuintes em razão da precariedade dos serviços públicos essenciais. Como o Estado não cumpre com sua obrigação, resta ao cidadão comprometer parte de sua renda com o pagamento de plano privado de saúde, apólices de seguro, segurança patrimonial/pessoal, e escolas privadas para os menores até 17 anos. Não se trata de luxo, mas de esforço individual diante da realidade nacional dos elevados índices de criminalidade (homicídios, roubos e furtos), deficiência do sistema de saúde e precária educação pública, esta comprovada pela 66ª posição no ranking mundial do PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos - 2022) e pela 8ª colocação entre os países da América Latina.

As injustiças do governo não terminam aí. Basta lembrar que é solenemente ignorada a necessidade de se fazer a correção anual das tabelas do Imposto de Renda Pessoa Física. Ao não fazer a correção anual plena, o governo está tributando **inflação**, que sabidamente não é renda e nem consta na relação de **tributos** estabelecidos pela Constituição Federal de 1988.

Hoje, o limite de isenção é rendimento mensal de até R\$ 2.824,00, porém deveria ser de até R\$ 4.650,00 para a correção total da defasagem acumulada por anos. Se fosse aplicada a correção inflacionária, de 92% a 93% dos trabalhadores com carteira assinada e autônomos passariam a gozar de isenção do Imposto de Renda.

Apenas com essa medida o governo colocaria em

curso um grande projeto social e distributivo de renda. Não se trataria de bondade desse ou daquele governante, mas sim uma obrigação e efetivo cumprimento da Constituição Federal. Os reajustes esporádicos e em percentual muito aquém da defasagem praticados pelos últimos governos nada resolvem e nunca eliminarão a injustiça tributária. É preciso seguir os ensinamentos de Rui Barbosa: Com a lei, pela lei, e dentro da lei; porque fora da lei não há salvação .

Mais preocupante é constatar que essa situação ainda poderá vir a ser agravada pelos projetos de lei que regulamentarão a **reforma tributária**, pauta do Congresso Nacional ainda no primeiro semestre.

O grau de injustiças praticadas pelo poder público permite ao brasileiro se questionar se ele não está sendo visto apenas como uma fonte de receita do governo federal, sempre disposto a tirar mais e mais dele. Estamos bem próximos do ponto em que o país terá somente contribuintes e não cidadãos-contribuintes, como deve ser. E isso não é bom para ninguém.

Site: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/a-verdade-sobre-a-tributacao-no-brasil,3506261c6373b6c9306adf25690b06bfhy1g5gan.html>

Educação puxa alta da inflação

Correio Braziliense

A **inflação** oficial no país sofreu pressão dos reajustes sazonais de educação, mas também impulsionou o índice o encarecimento de alimentos e da gasolina, apontou André Almeida, gerente do Sistema Nacional de Índices de Preços do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os aumentos dos gastos com educação, alimentação e gasolina responderam por cerca de três quartos (aproximadamente 75%) da **inflação** de 0,83% registrada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em fevereiro.

As despesas com educação subiram 4,98%, impacto de 0,29 ponto percentual sobre o IPCA do mês. Os gastos com alimentação e bebidas avançaram 0,95%, contribuição de 0,20 ponto percentual.

O preço da gasolina aumentou 2,93%, impacto de 0,14 ponto percentual.

"De fato, o grupo Educação teve o maior impacto e a maior variação do mês de fevereiro. Porém, a gente também teve outros grupos que tiveram uma contribuição relevante, como é o caso, por exemplo, dos alimentícios e também o grupo dos Transportes", observou Almeida.

Segundo ele, os alimentos têm sido pressionados por um efeito sazonal de condições climáticas desfavoráveis para alguns itens in natura, que neste verão foram exacerbadas pelo fenômeno El Niño. "No caso dos alimentícios, os preços continuaram subindo, mas num ritmo menor do que no mês passado (janeiro)", observou.

Gasolina Nos transportes, embora tenha havido recuo nas passagens aéreas, os combustíveis ficaram mais caros, sobretudo a gasolina, item de maior peso na composição do IPCA. "A partir de 1º de fevereiro houve aumento de ICMS sobre gasolina e óleo diesel. Então isso pode ter contribuído para essa alta na gasolina e no diesel também. Mas a gasolina teve alta superior", justificou.

Quanto à educação, Almeida explica que o IPCA costuma concentrar a maior parte do aumento anual das mensalidades no mês de fevereiro.

"Normalmente a gente incorpora essa **inflação** de reajustes de mensalidades escolares em fevereiro e

em agosto. Os reajustes concedidos no segundo semestre, a gente acaba incorporando no mês de agosto", explicou o gerente do IBGE.

Na direção oposta, os principais alívios no IPCA do mês de fevereiro partiram da passagem aérea (-0,09 ponto percentual) e cinema, teatro e concertos (-0,02 p.p.). "Teve a semana do cinema; praticamente todos os cinemas do país deram descontos", contou Almeida.

Inadimplência cai a 5,5%

A maior parte do consumo de brasileiros é feita via cartões, aponta levantamento da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs). No quarto trimestre de 2023, 56,8% do consumo das famílias foi feito por meio de cartões. No mesmo período de 2022, o indicador era de 55,3%.

Já a inadimplência caiu para 5,5% entre pessoas físicas em janeiro deste ano, de 5,6% em dezembro de 2023. Ao fim de 2022, era 5,9%.

Segundo a entidade, o programa Desenrola contribuiu para a redução nos atrasos, assim como a desaceleração da **inflação** e dos juros.

Como a perspectiva para 2024 é que este cenário avance ainda mais, a associação espera uma inadimplência ainda menor ao fim do ano.

Tal cenário irá contribuir para um crescimento de entre 10% e 12% no volume transacionado via cartão de crédito. Para a Abecs, o crescimento deve ser puxado por um crescimento no consumo e nos limites concedidos, e não por mais emissões de cartões.

"Tivemos uma oferta de cartões muito grande nos últimos anos e, em 2023, bancos tomaram medidas para deixar sua carteira mais saudável. Este ano, eles serão ainda mais cirúrgicos [na concessão de crédito]", disse Giancarlo Greco, presidente da Abecs.

Os meios eletrônicos de pagamento como um todo, o que inclui crédito, débito e pré-pago, devem crescer entre 8,5% e 10,5% neste ano, diz a Abecs, para a faixa de entre R\$ 4,05 trilhões e R\$ 4,12 trilhões.

Rotativo Ainda segundo a entidade, o limite de 100% no teto do rotativo implementado pelo governo ao fim de 2023 não deve impactar o crescimento do crédito. Isso porque o rotativo, que é acionado quando há atraso no pagamento da fatura, representa apenas 2,3% do endividamento dos brasileiros.

Os outros 87% dos clientes liquidam a fatura do cartão de crédito até o vencimento, diz Ricardo Vieira, vice-presidente da Abecs.

Alternativas

No entanto, a entidade trabalha em alternativas para diversificar as formas de pagamento do brasileiro.

Segundo a Abecs, o objetivo é reduzir a inadimplência

no parcelado sem juros -embora não haja estudos independentes que relacionem essa modalidade com a falta de pagamentos.

Entre as opções em estudo está um novo crediário padronizado entre todas as bandeiras de cartão.

Ele se assemelharia às linhas de parcelamento oferecidas por varejistas, de longo prazo, chegando a 60 vezes.

A Abecs, porém, ainda não esclareceu qual seria a faixa de juros praticada pela modalidade, que poderia ser acessada pelo cartão de crédito, sendo mais uma opção de pagamento disponível.

A entidade pretende apresentar a proposta ao Banco Central ainda neste mês. A autoridade segue conduzindo discussões com o setor sobre a redução do uso do parcelado sem juros (Da Folhapress).

SAIBA MAIS

» O Pix se consolidou como o meio de pagamento mais popular do Brasil em 2023 com quase 42 bilhões de transações, um aumento de 75% em relação ao ano anterior. As transações do Pix superaram as transações combinadas de cartão de crédito, débito, boleto, TED, DOC, cheques e TEC no Brasil, que juntas somaram quase 39,4 bilhões de transações.

» Os dados são de levantamento da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) sobre meios de pagamento, com base em dados divulgados pelo Banco Central e pela Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito e Serviços (Abecs).

» O Pix perde apenas para a TED em relação a valores transacionados. A ferramenta de pagamentos instantâneos somou R\$ 17,2 trilhões, enquanto a TED totalizou R\$ 40,6 trilhões, uma pequena queda de 0,2% em comparação com 2022. O Pix, por sua vez, teve avanço de 58%.

» Depois do Pix, os meios de pagamentos mais usados pelos brasileiros foram o cartão de crédito (17,8 bilhões de transações) e o cartão de débito (16,3 bilhões), seguido de boleto (4,2 bilhões) e TED (892 milhões) (Da Agência Estado).

Site: https://acervo.maven.com.br/temp_site/issue-63cf8ae5aa08cb59818f341fefa94618.pdf

Inflação oficial do país sobe 0,83%

A **inflação** oficial de fevereiro ficou em 0,83%, quase o dobro do mês anterior, janeiro (0,42%). Os reajustes de mensalidades escolares foram os que mais pressionaram o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O resultado ficou bem próximo de fevereiro do 2023, quando alcançou 0,84%. No acumulado de 12 meses, o IPCA soma 4,5%, dentro do limite máximo da meta do Banco Central. No ano, a **inflação** é de 1,25%. O IPCA de 0,83% em fevereiro é o maior apurado desde o mesmo mês do ano passado. Brasília registrou índice de 0,75%, abaixo da média nacional.

Os preços do grupo de educação tiveram o maior crescimento (4,98%). Isso representou 0,29 p.p. do IPCA de fevereiro. Dentro do grupo, a maior contribuição veio dos cursos regulares (6,13%).

O grupo alimentação e bebidas subiu 0,95%, sendo o segundo que mais pressionou a **inflação** para cima, respondendo por 0,20 ponto percentual do IPCA de fevereiro.

Na alimentação dentro de casa, a alta foi de 1,12%, impulsionada pelos preços da cebola (7,37%), batata-inglesa (6,79%), frutas (3,74%), arroz (3,69%) e leite longa vida (3,49%).

Site: https://acervo.maven.com.br/temp_site/issue-63cf8ae5aa08cb59818f341fefa94618.pdf

Inflação de fevereiro vai a 0,83% com altas de educação e comida

DANIELA AMORIM RIO

Os reajustes sazonais de mensalidades escolares pressionaram a **inflação** oficial no País em fevereiro, pesando no orçamento das famílias ao lado do encarecimento dos alimentos e da gasolina. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acelerou de uma alta de 0,42%, em janeiro, para uma variação de 0,83% em fevereiro, resultado mais elevado desde fevereiro do ano passado, divulgou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No entanto, a **inflação** foi a mais branda para esse período do ano desde 2020. Como consequência, a taxa acumulada em 12 meses arrefeceu pelo quinto mês consecutivo, passando de 4,51%, em janeiro, para 4,5% em fevereiro, descendo exatamente ao teto de tolerância da meta de **inflação** perseguida pelo Banco Central em 2024 (a meta é de 3%, com limite superior de 4,5%).

Embora o IPCA tenha ficado um pouco acima da expectativa de analistas do mercado financeiro consultados pelo Projeções Broadcast, que estimavam uma **inflação** mediana de 0,78% em fevereiro, economistas avaliaram que a composição veio boa o suficiente para permitir novo corte de 0,50 ponto percentual na taxa básica de juros, a Selic, na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central da próxima semana.

IMPACTO. O aumento dos gastos com educação, alimentação e gasolina respondeu por aproximadamente 75% da **inflação** registrada pelo IPCA em fevereiro.

As despesas com educação subiram 4,98%, impacto de 0,29 ponto percentual sobre o IPCA do mês. A maior contribuição partiu do encarecimento de 6,13% dos cursos regulares, em razão dos reajustes habitualmente praticados no início do ano letivo.

As maiores elevações ocorreram no ensino médio (8,51%), ensino fundamental (8,24%), pré-escola (8,05%) e creche (6,03%). Houve reajustes também em curso técnico (6,14%), ensino superior (3,81%) e pósgraduação (2,76%).

"A gente também teve outros grupos que tiveram uma

contribuição relevante, como é o caso, por exemplo, dos alimentícios e também do grupo dos transportes", disse André Almeida, gerente do Sistema Nacional de Índices de Preços do IBGE.

Os gastos com alimentação e bebidas avançaram 0,95%, contribuição de 0,20 ponto percentual para a **inflação**.

QUEDA. O chefe de pesquisa macroeconômica da gestora Kínitro Capital, João Savignon, prevê que o IPCA arrefeça a 3,7% no fechamento de 2024. Diante do cenário inflacionário mais confortável, Savignon espera mais duas reduções de 0,50 ponto percentual na taxa Selic, desacelerando o ritmo de cortes "somente na segunda metade do ano".

Para economista Claudia Moreno, do C6 Bank, "a **inflação** de serviços subjacentes, número que é acompanhado com mais atenção pelo Banco Central, veio abaixo do esperado pelo mercado". "Esse resultado pode dar mais tranquilidade para o Copom continuar sinalizando mais dois cortes de 0,5 ponto percentual na Selic na reunião da próxima semana," diz.

Variação anual Taxa acumulada em 12 meses caiu pelo 5º mês seguido, e agora está em 4,5%, teto da meta do BC

Site: <https://digital.estadao.com.br/2025>

Inflação acelera e sobe 0,83% em fevereiro, aponta IBGE

CAROLINA NALIN carolina.nalin@infoglobocon.br

Puxada pelos reajustes da educação, a **inflação** acelerou e registrou alta de 0,83% em fevereiro, segundo o IPCA, índice oficial de **inflação**, divulgado ontem pelo IBGE. No mês passado, ele havia subido 0,42%. O indicador também foi pressionado pela alta da gasolina, com o aumento do ICMS, e dos alimentos in natura.

O número veio um pouco acima do esperado pelo mercado, que estimava alta de 0,78% segundo o Valor Data. Apesar da ligeira surpresa com o índice geral em fevereiro, economistas avaliam que o indicador apresentou uma leitura mais benigna, já que os aumentos foram concentrados em itens que não indicam os rumos da **inflação** - como é o caso de alimentos (que são mais voláteis) e dos preços administrados (como combustíveis e energia elétrica, que são controlados pelo governo).

O grupo Educação teve alta de 4,98% no mês em razão do reajuste de cursos e escolas no início do ano letivo. Já o grupo Alimentação e bebidas subiu 0,95% em fevereiro, puxado pelos preços de cebola, bata-inglesa, frutas, arroz e leite longa vida, que tiveram altas entre 3,5% e 7%. Segundo o IBGE, os efeitos climáticos no El Niño foram mais intensos no fim do ano passado e início deste ano. A alta de preços perdeu força ao longo dos meses, mas os alimentos ainda têm ficado mais caros.

Já o grupo Transportes teve alta de 0,72% em fevereiro, puxada pelo aumento do preço dos combustíveis. A gasolina, subitem de maior peso na pesquisa, subiu 2,93% em meio ao aumento da alíquota do ICMS, já que o valor do imposto é repassado para os preços nos postos de combustível. O aumento do imposto encareceu ainda os preços de etanol (4,52%), gás veicular (0,22%) e óleo diesel (0,14%).

Por outro lado, as passagens aéreas tiveram a segunda queda consecutiva, com deflação de 10,71% em fevereiro, e ajudaram a conter a alta de Transportes.

SERVIÇOS PERDEM FORÇA

A boa notícia foi a **inflação** de serviços, acompanhada mais de perto pelo Banco Central e que segue

desacelerando. Portanto, o cenário para **inflação** no ano segue favorável. Segundo o IBGE, o índice de serviços, que reúne atividades que vão de conserto de automóvel a manicure e combo de TV por assinatura, passou de 5,62% em janeiro para 5,25% em fevereiro, no acumulado em 12 meses. É o menor valor desde janeiro de 2022, quando ficou em 5,09%.

O principal ponto de preocupação entre analistas é o ritmo com que essa desaceleração da **inflação** de serviços vai acontecer ao longo do ano. A demanda mais aquecida mantém os preços elevados e pode limitar uma queda maior dos juros por parte do Comitê de Política Monetária (Copom).

Para Luciana Rabelo, economista do Itaú, o que se espera é uma redução dos juros em 0,5 ponto percentual na próxima reunião do Copom, nos dias 19 e 20 de março. Mas pode haver mudanças nos encontros seguintes. O Itaú revisou seu cenário na segunda-feira e espera Selic de 9,25% no fim do ano, contra 9% antes: - Os serviços subjacentes mais ligados à mão de obra, que acompanham mais o mercado de trabalho e o aumento dos salários, seguem pressionados na margem. São serviços que tendem a se manter pressionados ao longo do ano. O BC está olhando principalmente essa dinâmica.

Alexandre Maluf, economista da XP, calcula que, considerando a variação em 12 meses, houve aumento marginal de 5,3% para 5,4% na trajetória dos serviços intensivos em mão de obra.

- Será necessário monitorar de perto os indicadores do mercado de trabalho, particularmente o aumento dos salários reais - diz Maluf, que prevê Selic a 9% no fim do ano.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Inflação acelera em fevereiro

A **inflação** oficial do país, medida pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), voltou a acelerar. O índice anotou alta de 0,83% em fevereiro.

O avanço é superior ao observado em janeiro, quando o indicador fechou o mês em 0,42%. Os dados foram divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na comparação com fevereiro do ano passado (0,84%), o índice mostra estabilidade.

A **inflação** de fevereiro foi puxada pelo grupo de educação, que anotou alta de 4,98%, impactando em 0,29 ponto percentual. A maior contribuição nesse ramo veio dos cursos regulares (6,13%). O IBGE afirma que esse movimento é sazonal.

- Esse resultado se deve aos reajustes habitualmente praticados no início do ano letivo - explicou o gerente do Sistema Nacional de índices de Preços ao Consumidor do IBGE, André Almeida.

As maiores altas de preços foram observadas no Ensino Médio (8,51%), no Ensino Fundamental (8,24%), na pré-escola (8,05%) e na creche (6,03%). Curso técnico (6,14%), Ensino Superior (3,81%) e pós-graduação (2,76%) também registraram avanço.

Em 2024, o IPCA acumula alta de 1,25%, apontam os cálculos.

Em 12 meses, a **inflação** está em 4,5%. Neste ano, a meta de **inflação** é de 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Com isso, o alvo será considerado atingido se o IPCA fechar o ano em até 4,5%.

Selic O economista André Perfeito avalia que o IPCA de fevereiro veio acima das projeções e que os núcleos pioraram na margem mostrando qualitativo menos positivo. "Isto reforça mais uma vez meu cenário de Selic terminal acima das projeções de mercado. Mantenho 9,75% ao final do ciclo (mercado projeta 9%)", destaca Perfeito, em **comunicado**.

Sete dos nove grupos pesquisados no IPCA apresentaram **inflação**. Entre os destaques, alimentação e bebidas avançou 0,95% e impactou em 0,20 ponto percentual o índice. Dentro do segmento de alimentação no domicílio, a alta foi de 1,12%, puxada pelos preços da cebola (7,37%), da batata-inglesa (6,79%), das frutas (3,74%), do arroz (3,69%) e do leite longa vida (3,49%).

- Nesse caso, houve influência do clima, por conta de temperaturas mais elevadas e um maior volume de chuvas - afirmou André Almeida.

Em Porto Alegre, aumento menor do que a média do país

Seguindo o cenário do país, a **inflação** acelerou na região metropolitana de Porto Alegre em fevereiro. O índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou o segundo mês do ano com alta de 0,52%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A variação ocorre em patamar acima do observado em janeiro (0,13%). Em 12 meses, o IPCA acumula alta de 4,29% na Região Metropolitana.

Oito dos nove grupos que formam o IPCA apresentaram alta em fevereiro. Com movimento semelhante à média nacional, o maior crescimento foi observado em educação: 3,54%.

Olhando apenas a variação percentual, curso técnico (12,13%), Ensino Médio (8,82%) e pré-escola e Ensino Fundamental (7,47%) estão entre os principais itens com elevação.

Um dos grupos com maior peso dentro do IPCA, alimentação e bebidas registrou crescimento de 0,70% nos preços na Grande Porto Alegre. Cenoura (15,31%), manga (14,37%), banana d'água (10,66%) e cebola (9,11%) pesaram mais no bolso do consumidor, segundo a média apresentada na pesquisa.

Temperaturas mais elevadas e maior volume de chuvas são os principais responsáveis pela **inflação** dos alimentos no país em fevereiro, segundo o IBGE.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/zh/>

IPCA tem repique, mas sinaliza desaceleração

Marsílea Gombata e Lucianne Carneiro De São Paulo e do Rio

A **inflação** medida pelo IPCA subiu mais que o esperado em fevereiro, mas trouxe sinais de que o processo de desinflação está em curso. Economistas alertam, contudo, para riscos altistas que podem ameaçar o ritmo de queda dos juros, como a alta dos alimentos e a estagnação de queda da **inflação** subjacente de serviços, que reúne itens mais sensíveis à atividade econômica. Puxado por custos com educação, o IPCA subiu 0,83% em fevereiro, segundo o IBGE, após alta de 0,42% em janeiro.

A taxa de fevereiro ficou acima da mediana das projeções de 38 instituições financeiras e consultorias, compiladas pelo Valor Data, de alta de 0,78%, mas no intervalo das projeções, de 0,57% a 0,88%.

No acumulado em 12 meses a alta foi de 4,5% (4,51% em janeiro). O resultado em 12 meses ficou acima do centro da meta perseguida pelo Banco Central em 2024, de 3%, mas dentro da tolerância de 1,5 ponto percentual, para mais ou menos.

A média dos cinco núcleos do IPCA monitorados pelo BC subiu para 0,5% em fevereiro, de 0,42% em janeiro, segundo a MCM Consultores. No acumulado em 12 meses, recuou de 4,25% para 4,01 %.

O índice de difusão, que mede a proporção de itens que tiveram aumento de preços no mês, caiu de 65,3% em janeiro para 57% em fevereiro. Excluindo alimentos, o indicador também mostrou menor abrangência das altas de preços, de 65,1% para 57,9%. Das nove classes de despesas usadas para cálculo do IPCA, cinco desaceleraram na passagem entre janeiro e fevereiro.

A aceleração da **inflação** em fevereiro foi puxada pelos custos de educação, que subiram de 0,33% em janeiro para 4,98% em fevereiro. A alta respondeu por 0,29 ponto percentual da taxa de 0,83% do IPCA do mês, ou 34,9% do total. Os preços em educação levaram a **inflação** de serviços a acelerar para 1,06% em fevereiro, ante 0,02% em janeiro. Em 12 meses, desacelerou de 5,62% para 5,25%. "A alta da **inflação** de serviços em janeiro foi muito influenciada pelos cursos regulares e cursos diversos, dentro do grupo educação. E também teve influência do combo de

telefonia, internet e TV por assinatura", disse André Filipe Guedes Almeida, gerente do IPCA.

Também foram observadas taxas maiores de **inflação** em habitação (de 0,25% para 0,27%), transportes (de -0,65% para 0,72%) e comunicação (de -0,08% para 1,56%). O preço da gasolina, que subiu 2,93%, foi o principal impacto individual na alta do IPCA: 0,14 ponto percentual da taxa de 0,83%.

Por outro lado, houve taxas menores de **inflação** em alimentação e bebidas, artigos de residência, vestuário, saúde e cuidados e despesas pessoais.

Os preços de passagens aéreas também recuaram, acumulando queda 24,29% em 2024, ainda longe de compensar a alta de mais de 80% dos últimos meses de 2023.

Ainda que a leitura do IPCA de fevereiro tenha vindo acima do esperado, as aberturas do indicador mostram um cenário de desinflação, diz Marcela Rocha, economista da Principal Claritas. "Algumas categorias que o BC olha com lupa vieram abaixo do que esperávamos", acrescenta.

Para serviços subjacentes, que excluem os grupos de turismo, serviços domésticos, cursos e comunicação, a leitura de 0,44% ficou abaixo do 0,76% em janeiro e da previsão de 0,51% da Principal Claritas. Para bens industriais subjacentes, a alta foi de 0,08%, frente à projeção de 0,2%. Rocha observa que, em 12 meses, as métricas desaceleraram. "Os números trouxeram confiança de que o processo desinflacionário deve continuar", disse.

Ainda que a alta do IPCA no acumulado em 12 meses tenha arrefecido pouco, de 4,51% para 4,5% em fevereiro, Rocha prevê que o indicador termine 2024 em 3,6%. Para março, a Principal Claritas prevê aceleração mensal de 0,13% do IP-CA. Para abril, alta de 0,22%.

O Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre) estima alta de 0,3% a 0,4% do IPCA em março. Para 2024, a expectativa é de 4,5%.

Fábio Romão, da LCA Consultores, projeta alta de 0,22% da **inflação** em março e de 3,9% para 2024. A

projeção maior que o consenso de mercado, de 3,5%, devido a riscos altistas em alimentos e de bens industriais. "Ainda há pressões sobre alimentos que podem vir via El Nino no segundo semestre e tem a questão dos combustíveis, que podem sofrer reajuste." Depois de altas de 18,2% em 2020, 8,2% em 2021 e 13,2% em 2022, a alimentação em domicílio

caiu 0,5% no ano passado. Para este ano, a LCA projeta alta de 4,1%.

Outra pressão são bens industriais, cujo processo de desinflação acelerou no pós-pandemia, mas estagnou. A expectativa é que avancem 2,1% neste ano, ante 1,1% em 2023. Serviços e preços administrados devem puxar o indicador para baixo, diz Romão.

"Por causa da demanda reprimida, a **inflação** de serviços acelerou 7,6% em 2022, 6,2% em 2023 e deve ficar em 4,2% neste ano", diz. "Há

certa resiliência [na desinflação] devido ao mercado de trabalho aquecido e à massa de rendimentos crescendo." Preços administrados devem desacelerar de 9,2% em 2023 para 4,5% neste ano.

O bom momento do mercado de trabalho deve pressionar a **inflação**, afirmou Alberto Ramos, do banco Goldman Sachs, ao incluir nesse grupo políticas orçamentárias expansionistas, falta de credibilidade das metas fiscais e expectativas de **inflação** para 2024 e a médio prazo não ancoradas.

Para William Jackson, economista da Capital Economics, os dados de fevereiro mostram que as pressões inflacionárias subjacentes continuam fortes. "Isso corrobora com a nossa visão de que as taxas de juros não serão reduzidas tanto quanto a maioria espera neste ano", disse, em relatório.

Segundo Jackson, o preocupante para o BC é que os preços de serviços subjacentes sigam elevados. "Se a **inflação** subjacente permanecer elevada, como esperamos, o Copom passará para cortes menores de 25 pontos-base [0,25 ponto percentual] em meados do ano."

"Categorias que o BC olha com lupa vieram abaixo do que esperávamos" Marcela Rocha

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187813?page=1§ion=1>

IPCA sobe acima do esperado no Brasil

São Paulo - A **inflação** brasileira acelerou mais do que o esperado em fevereiro e atingiu o nível mais alto em um ano diante da pressão sazonal dos custos da educação, embora o aumento dos preços dos alimentos tenha arrefecido. Em fevereiro, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu 0,83%, acelerando a alta de 0,42% em janeiro e acima da expectativa em pesquisa da Reuters de avanço de 0,78% no mês.

Com o resultado divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o IPCA acumula nos 12 meses até fevereiro alta de 4,50%, de 4,51% em janeiro. A expectativa era de um aumento de 4,44%. Isso deixa a **inflação** em 12 meses exatamente no teto da meta para a **inflação**, cujo centro para este ano é de 3,0%, com margem de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

No mês, o maior impacto foi exercido pelo grupo de Educação, com alta de 4,98%, em um movimento sazonal de início de ano. A maior contribuição nesse segmento partiu dos cursos regulares, cujos custos avançaram 6,13% no mês.

As maiores altas nos preços vieram do ensino médio (8,51%), do ensino fundamental (8,24%), da pré-escola (8,05%) e da creche (6,03%).

Também houve aumento na **inflação** do curso técnico (6,14%), ensino superior (3,81%) e pós-graduação (2,76%).

Isso ajudou a **inflação** de serviços a disparar a 1,06% em fevereiro, de uma variação positiva de 0,02% no mês anterior, acumulando em 12 meses alta de 5,25%.

Embora a alta de educação seja sazonal, os custos de serviços vêm sendo acompanhados de perto pelo Banco Central para a condução da política monetária, em um ambiente de mercado de trabalho resiliente que tende a elevar os gastos dos consumidores.

Na semana passada, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, afirmou esse é um ponto de atenção, ponderando que o cenário no País ainda é benigno apesar de números marginalmente piores no setor. O Banco Central volta a se reunir na semana que vem sob a expectativa de novo corte de 0,5 ponto percentual na taxa básica de juros Selic, atualmente em 11,25% ao ano.

Ainda em fevereiro, a **inflação** de Alimentação e bebidas desacelerou a 0,95%, de 1,38% em janeiro, mas ainda exerceu o segundo maior impacto no índice do mês. Os preços da alimentação no domicílio subiram 1,12%, com altas da cebola (7,37%), da batata-inglesa (6,79%), das frutas (3,74%), do arroz (3,69%) e do leite longa vida (3,49%).

"Neste caso, houve influência do clima, por conta de temperaturas mais elevadas e um maior volume de chuvas", explicou o gerente da pesquisa, André Almeida.

O grupo Transportes também pressionou a **inflação** de fevereiro com uma alta de 0,72%, após queda de 0,65% no mês anterior. O recuo de 10,71% das passagens aéreas foi compensado pelo aumento de 2,93% nos preços dos combustíveis.

Todos eles subiram -etanol (4,52%), gás veicular (0,22%), óleo diesel (0,14%) e gasolina (2,93%).

O índice de difusão, que mostra o espalhamento das variações de preços, teve em fevereiro queda a 57%, de 65% antes.

Pesquisa Focus mais recente divulgada pelo Banco Central, ontem, mostra que a expectativa do mercado é de que o IPCA encerre este ano com alta acumulada de 3,77%.(Reuters)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-13-03-2024/>

Composição benigna do IPCA deixa juros futuros em queda

Augusto Decker, Matheus Prado e Victor Rezende De São Paulo

O viés de baixa que os participantes do mercado já adotavam em suas expectativas para a **inflação** deste ano ganhou reforço do IPCA de fevereiro, apesar de o número "cheio" ter ficado acima do esperado pelos agentes. Os juros futuros caíram, especialmente os de curto prazo, que costumam ser mais sensíveis às perspectivas para a política monetária, e, assim, descolaram do movimento visto no exterior, onde as taxas dos Treasuries, os títulos públicos americanos, subiram. Com apoio dos juros locais, o Ibovespa retomou os 127 mil pontos, em uma sessão na qual as ações da Petrobras ensaiaram recuperação.

A alta de 0,83% do IPCA de fevereiro, acima do consenso dos analistas ouvidos pelo Valor Data (0,78%) não assustou os agentes. Com a desaceleração pronunciada da **inflação** de serviços subjacentes e da média dos núcleos, a níveis que ficaram abaixo das expectativas, participantes do mercado voltaram a observar surpresas positivas na composição do IPCA, o que deu apoio a uma queda das taxas de curto prazo, que contrariam o viés altista dos Treasuries. A taxa do DI para janeiro de 2025 caiu de 9,87% para 9,835%.

"Os serviços subjacentes eram a grande preocupação do mercado, devido ao comportamento dos meses anteriores", afirma Lucas Carrasco, da equipe de gestão da Gap Asset. "Embora ainda esteja em patamar alto, foi motivo de alívio no mercado que essa **inflação** de serviços não tenha piorado desde a última divulgação e que a expectativa para os próximos meses seja de melhora", avalia.

A média móvel de três meses da **inflação** de serviços subjacentes passou de 5,37% para 5,96% em base anualizada e dessazonalizada. No entanto, as expectativas dos agentes indicavam um número ainda mais alto, entre 6,2% e 6,3%.

Na medida em que coletas de preços têm indicado para os investidores um arrefecimento na **inflação** de alimentos nos últimos dias, o mercado tem incorporado em suas projeções números cada vez mais baixos para o IPCA à frente. Esse sinal é refletido não somente no Relatório Focus, mas, também, nas apostas dos participantes do mercado via **inflação**

"implícita".

De acordo com dados da Anbi-ma, a **inflação** embutida na NTN-B com vencimento em agosto caiu de 2,50% para 2,42%; já a **inflação** precificada na NTN-B para maio de 2025 recuou de 3,58% para 3,54%.

O ambiente mais construtivo para a **inflação** tem deixado o mercado confortável para apostas em juros mais baixos neste ano, mas em nível que ainda é considerado contracionista, como tem sido indicado pelo Banco Central (BC) nas comunicações oficiais. No fechamento de ontem, a curva de juros precificava a Selic entre 9,25% e 9,5% no fim do ano.

"Temos uma dinâmica bastante positiva de **inflação** e vislumbramos uma Selic de 8,75% no fim deste ano, que é um nível menos restritivo que o de hoje, mas ainda está em um patamar de neutro para contracionista", afirma Damont Carvalho, gestor macro da Principal Claritas. "Em fevereiro, vimos o mercado discutindo uma taxa final de 9,75%, o que, para nós, é impensável. Não existe um cenário de Selic acima de dois dígitos na nossa curva de probabilidades, a não ser que os juros no mundo não sejam cortados neste ano", diz.

Carvalho, inclusive, defende que, na próxima semana, o Banco Central mantenha a sinalização de novos cortes - no plural - de 0,5 ponto na Selic. "Eu não vejo o menor sentido hoje no BC querer colocar volatilidade no mercado ao retirar o 'forward guidance' [prescrição futura] de novos cortes de 0,5 ponto. Dado que o nosso ciclo potencial de corte de juros é de mais 2,5 pontos de redução, para que gerar volatilidade já agora? Seria um ruído desnecessário." O gestor, assim, defende que, com uma curva de juros "bem precificada"; surpresas positivas do lado fiscal; e um Congresso que pode funcionar como um poder de "equilíbrio" para tentativas de aumento de gastos, "não faz sentido querer colocar volatilidade no mercado com a retirada do 'guidance'". Para ele, o BC pode esperar até maio para sinalizar uma alteração na comunicação. E, assim, vamos ter pelo menos mais três reuniões com cortes de 0,5 ponto, com a Selic indo para 9,75%." Já a Gap Asset prefere, no momento, não ter posições em juros brasileiro. A gestora faz menção, em especial, ao efeito da curva de juros americana no mercado doméstico para

manter algum afastamento das taxas locais. Ontem, inclusive, os juros de longo prazo terminaram perto da estabilidade, ao serem pressionados pela alta firme dos rendimentos dos Treasuries.

"Existe muita incerteza na curva americana, mas achamos que, dada essa indefinição em relação ao Fed, a curva local está bem precificada", diz Carrasco, da Gap. "Caso se consolide um cenário de cortes nos EUA no segundo semestre, a taxa 'terminal' pode ser mais baixa." O ambiente favorável do mercado de juros local deu espaço para a valorização da bolsa brasileira. O Ibovespa encerrou o pregão em alta de 1,22%, aos 127.668 pontos, puxado principalmente pela Petrobras. As ações ordinárias subiram 3,03% e as preferenciais anotaram ganho de 3,28%. No mercado de câmbio, o dólar caiu 0,07%, para R\$ 4,9747.

Na visão de Alexandre Cancherini, sócio e gestor da Galapagos Capital, a decisão da Petrobras de repesar o pagamento de dividendos extraordinários traz de volta temores do mercado em relação à qualidade de alocação de capital da empresa. Por isso, houve contágio em câmbio, juros e outras estatais.

"Investidores precificaram ontem [segunda-feira] uma possível saída de Jean Paul Prates do comando da estatal. O fato de isso não ter se materializado, somado à indicação de Rafael Dubeux ao conselho da empresa, propiciou algum alívio, mas a tendência é que as ações continuem exibindo comportamento volátil até a assembleia de investidores, em abril, que deve trazer posicionamento mais claro sobre a distribuição de proventos", diz Cancherini.

2,42% é o nível da **inflação** "implícita" precificada pela NTN-B para agosto

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187813?>

Dirigente do BCE fala em "ajuste estrutural"

GABRIEL BUENO A COSTA

Presidente do conselho de supervisão do Banco Central Europeu (BCE), Claudia Buch afirmou ontem que o sistema financeiro na região tem até o momento absorvido choques recentes, mas advertiu para a incerteza no quadro, que deve deixar bancos atentos. Durante discurso em evento do Morgan Stanley, a dirigente recordou que os bancos enfrentam agora novos riscos, como mudanças climáticas, tensões geopolíticas, digitalização e mudanças demográficas, os quais exigem "ajuste estrutural".

"Quando e como esses riscos e mudanças estruturais se materializarão, e como afetarão nossas economias, é altamente incerto", disse.

No curto prazo, as previsões seguem "relativamente otimistas", de pouso suave em termos de crescimento econômico global. Claudia advertiu, porém, que há muitas tendências e incertezas de mais longo prazo não refletidas nas medidas de risco baseadas no mercado.

Ela afirmou que há um ambiente macrofinanceiro que tem mudado de modo significativo.

"A **inflação** e as taxas de juros estão mais altas, o crescimento enfraquece e há incerteza elevada sobre como a economia real irá se adaptar às tendências globais", disse ela. "A pressão por mudança estrutural certamente cresceu." Na avaliação da dirigente, vulnerabilidades subjacentes no setor bancário "podem não ter sido expostas". "Um bom gerenciamento de risco precisa reconhecer que os efeitos de taxas de juros mais altas mudam com o tempo", disse ela.

Nesse sentido, Claudia citou o setor de imóveis comerciais como "particularmente vulnerável" a juros mais altos.

Segundo ela, o BCE monitora de perto o quadro nesse setor desde 2018, em atividades de supervisão, e em 2023 comunicou falhas a alguns bancos.

Site: <https://digital.estadao.com.br/2025>

Bolsas batem recorde com "reconfiguração de risco"

Jennifer Hughes e George Steer Financial Times, de Nova Yorke Londres

O crescente otimismo com a economia mundial e a melhora no lucro das empresas vêm levando os mercados acionários a novos recordes e encorajando analistas a prever mais valorizações, um cenário que está sendo descrito por alguns como uma "reconfiguração de risco".

Nas últimas semanas, indicadores referenciais como o S P 500 e o tecnológico Nasdaq, de Wall Street, o Nikkei 225, do Japão, o Dax, da Alemanha, e o CAC 40, da França, atingiram seus maiores patamares históricos, em meio às esperanças de que os bancos centrais de diversos países tenham conseguido domar a **inflação** sem desencadear um retrocesso econômico.

Neste ano, Goldman Sachs e UBS elevaram suas estimativas para a pontuação que o S P 500 atingirá no fim de 2024 e, neste mês, o Bank of America (BofA) também revisou para cima sua previsão para o indicador. Agora, projeta 5.400 pontos no fim do ano - 5% acima do atual nível.

"É como uma reconfiguração do ciclo de risco", disse Evan Brown, gestor de carteiras de investimento e chefe de estratégia do UBS Asset Management. "Todos vinham antecipando uma recessão há muito tempo e ela não se materializou." Ele descreve o crescente entusiasmo pelas ações como uma liberação do apetite reprimido por risco.

Os mercados de ações tiveram fortes altas em dezembro, apoiados na esperança de que o banco central dos Estados Unidos cortaria as taxas de juros em até seis ocasiões em 2024, mas a onda de alta continuou mesmo depois de os investidores terem reduzido suas expectativas para apenas três ou quatro cortes.

Desde a dolorosa correção das cotações de 10% observada entre julho e outubro, o índice S P 500 subiu mais de 24%. O índice referencial de Wall Street fechou ontem com alta de 1,12%, mas valorizou-se em 16 das últimas 19 semanas. O índice Stoxx 600 da Europa avançou 1%.

Analistas dizem que uma questão crucial a ser levada

em conta é a expectativa cada vez maior, reforçada pelas taxas de desemprego historicamente baixas e pela resistência do crescimento econômico, de que os EUA e outras economias conseguirão fazer um pouso suave neste ano.

"Se você está tirando cortes de juros de seu cálculo de preço [das ações] porque todos, em vez de se preocupar com a **inflação**, estão ficando mais otimistas com a economia, isso é uma boa combinação", disse Brown.

Os lucros das empresas também têm impulsionado o rali das ações, com a fabricante de chips de inteligência artificial Nvidia acumulando alta de 80% em 2024 depois de divulgar ótimos resultados corporativos.

Como um todo, o lucro por ação das empresas do S P 500 no quarto trimestre ficou 7% acima das expectativas dos analistas, segundo dados do J.P. Morgan, com setores como os de consumo e de serviços de comunicação contrariando as expectativas de que os juros mais altos impactariam os lucros das empresas.

No fim de 2023, "todo estrategista de ações do planeta estava dizendo que haveria uma correção nos lucros em algum momento de 2024", disse Manish Kabra, chefe de estratégia de ações americanas no Société Générale. "Agora, estamos prevendo um crescimento de 40% nos lucros para o Nasdaq 100 na primeira metade do ano e lucros fortes na Europa também." Na semana passada, a equipe do Morgan Stanley previu que os índices pan-europeus "poderiam continuar subindo como em 1995", o que representaria um ganho de cerca de 12% em relação aos níveis atuais.

Muitos analistas sustentam que a atual onda de alta puxada pelo setor de inteligência artificial (IA) está muito mais bem fundamentada do que a bolha tecnológica dos anos 1990, que terminou na forte queda do ano 2000.

Naquela ocasião, "os lucros para muitas empresas eram devaneios, não realidade", disse Liz Ann Senders, estrategista-chefe de investimentos da Charles Schwab.

"Você não está tendo uma supervalorização

generalizada de empresas que não dão lucro como você teve na bolha tecnológica", disse Que Nguyen, diretora de investimentos em ações da Research Affiliates. "Sim, a Nvidia é avaliada em cerca de 70 vezes os lucros. Mas eles realmente têm lucros." Ainda assim, em um sinal de possíveis excessos, os preços do bitcoin, um ímã para especuladores, e do ouro atingiram novos recordes na semana passada.

"Tem havido mais euforia em torno a temas, e não [em torno] ao mercado como um todo", disse Savita Subramanian, chefe de estratégia de ações dos EUA do Bank of America, sobre o humor do mercado de ações.

Outros analistas alertaram para o nível das avaliações das ações, que, apesar da força dos lucros, consideram relativamente alto. Nesta semana, o J.P. Morgan alertou para "sinais precoces de exaustão do rali", com a expectativa irreal de um quadro "mais do que perfeito" tendo passado a ser consenso do mercado.

Para o cofundador da Absolute Strategy, Ian Harnett, a onda de alta parece consistir menos de "investimentos nos fundamentos" e mais de uma redução no "horizonte de tempo" dos retornos almejados pelos "investidores profissionais" com os quais eles trabalham.

"Sim, a Nvidia é avaliada em cerca de 70 vezes os lucros. Mas eles realmente têm lucros" Que Nguyen

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187813?>

Rumo vai lançar R\$ 1,2 bilhão em debêntures sem "spread"

Rita Azevedo De São Paulo

A empresa de logística Rumo prepara uma oferta de R\$ 1,2 bilhão em debêntures incentivadas com uma característica incomum. Os investidores que comprarem o papel não terão uma remuneração acima do que receberiam com um título público, como geralmente acontece. A explicação está no aumento do interesse por esses títulos, que são emitidos por companhias ligadas ao setor de infraestrutura e oferecem ao investidor pessoa física isenção fiscal sobre os rendimentos.

Com mais gente para comprar do que papel sendo vendido, a avaliação de bancos ouvidos pelo Valor é que haverá apetite pelas debêntures incentivadas mesmo que elas não tenham uma taxa adicional, considerando a atratividade da isenção do Imposto de Renda.

Evandro Pereira, diretor do banco de investimento do J. Safra, diz que novas operações nesse molde devem aparecer no mercado. "Não é para todas as empresas, mas companhias "triple A, com risco de crédito bem baixo, poderão emitir papéis a B+0 [remuneração baseada na NTN-B e sem acréscimo de taxa]." Segundo ele, os bancos já acompanham a possibilidade de empresas com as mais altas notas de crédito emitirem com taxas até inferiores às dos títulos públicos.

Quando uma companhia emite uma debênture, a remuneração parte de uma referência, que é o título público com prazo similar. A partir daí, é acrescentado um prêmio que considera, por exemplo, o risco de a empresa não honrar os pagamentos. Essa taxa também depende do momento de mercado. Pode cair se a demanda for grande. Na situação contrária, os prêmios de crédito avançam.

A oferta da Rumo será feita em duas séries, de 10 e 15 anos. Para o título mais curto, a companhia irá pagar no máximo o equivalente a NTN-B-33 (título emitido pelo governo que tem taxa de rentabilidade indexada à **inflação**). No mais longo, o equivalente a NTN-B-35, conforme o registro na Comissão de Valores Mobiliários. A emissão deve ser concluída na próxima semana. Procurada, a Rumo não se manifestou sobre a oferta.

A última vez em que títulos corporativos pagaram menos que os públicos foi em 2019, lembra Odilon Costa, estrategista de renda fixa e crédito privado do Grupo SWM. Naquele ano, o mercado também passou por um desbalanceamento de oferta e demanda em meio à queda da Selic, que chegou a 4,5%, e o aumento do apetite por crédito. "Em momentos assim, a remuneração do investidor é basicamente parte da isenção de Imposto de Renda que vai ter sobre o título e não um prêmio adicional." Segundo ele, no entanto, o cenário em 2019 era um pouco diferente. "Naquela época, as taxas dos títulos públicos estavam muito fechadas [em queda], perto de 3,5%, e os prêmios de crédito estavam amassados. Agora, estão mais abertas, perto de 5,5%, e o prêmio de crédito bem mais fechado", diz.

Pereira, do J.Safra, afirma que a situação não deve durar para sempre. "Vai chegar uma hora em que a compressão das taxas é tão grande que o investidor vai migrar para outros títulos, como as debêntures sem isenção. Em algum momento, o mercado vai ter equilíbrio." Marco Brito, responsável pela área de distribuição de renda fixa do Santander Brasil, lembra que nas debêntures corporativas sem isenção fiscal a redução dos prêmios se repete. "Os spreads corporativos estão em um nível que não vemos há anos, em função de uma busca muito forte pelos ativos após a entrada de mais recursos em fundos de renda fixa", diz.

O atual descompasso entre a oferta e a demanda das debêntures incentivadas é explicado por alguns eventos. O mais recente foi uma mudança nas regras para ofertas de títulos como certificados de recebíveis imobiliários e do agronegócio (CRI e CRA) e letras de crédito imobiliário e do agronegócio (LCI e LCA).

As alterações partiram do Conselho Monetário Nacional, que decidiu restringir as empresas que podem emitir e os lastros dos títulos, que caíram no gosto do investidor pessoa física. Com a esperada redução da oferta desses papéis, o interesse pelas debêntures incentivadas, também isentas, aumentou. A mudança na tributação dos fundos fechados exclusivos ou restritos a poucos investidores também elevou a procura por incentivados.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187813?>

STJ mantém Selic como correção de dívida civil

A Selic é o índice que deve ser aplicado na correção de dívidas e indenizações. Esse é o entendimento da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que decidiu recentemente que as dívidas civis devem ser atualizadas pela taxa básica de juros da economia, encerrando uma longa controvérsia sobre a taxa de juros de mora em débitos judiciais civil. Dessa forma, a Selic será usada sempre que os juros moratórios não forem previamente definidos.

A decisão, fundamentada no Código Civil, substitui a prática de aplicar um índice de correção monetária mais juros de 1% ao mês, resultando em uma redução significativa dos créditos judiciais devido à menor taxa da Selic comparada aos índices anteriormente usados.

"A Selic, apesar de ser a taxa prevista em lei atualmente, não reflete adequadamente a volatilidade do mercado, pois se trata de um instrumento de controle da **inflação** futura e não um reflexo da **inflação** pretérita e das taxas de juros praticada pelo mercado, o que pode gerar um prejuízo para o credor e incentivar os devedores em permanecerem em mora", diz a advogada Juliana Botelho Esper, coordenadora área cível.

De acordo com a especialista, a decisão tem grande impacto econômico e poderá afetar vários setores da economia. "Considero adequado que o Poder Legislativo reveja o comando normativo do artigo 406 do Código Civil de forma a pacificar a questão", diz Juliana, ao afirmar que a Selic não é capaz de atualizar o débito de forma justa para ambas as partes. "A fixação da taxa Selic não pretende, nem nunca pretendeu, servir como índice de natureza moratória, mas tão somente remuneratória", afirma.

O advogado Marcelo Levitinas, do escritório Graça Couto, destaca que a utilização da Selic como referência para atualização de dívidas civis levanta questões sobre segurança jurídica, dada a sua natureza de política monetária sujeita a variações conforme as decisões do Banco Central para controle da **inflação**. "Essa volatilidade impede a previsibilidade exata da evolução das dívidas, contrariando o princípio da segurança jurídica", diz.

"A decisão também enfrenta críticas por não refletir adequadamente a combinação de juros e correção monetária, falhando em recompor justamente o valor

da moeda, e apresenta desafios em casos que exigem a dissociação entre os termos de aplicação de correção monetária e juros de mora, como em indenizações por danos morais em relações extracontratuais".

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/index.jsp?serviceCode=login&edicao=132785#page/1>

BID projeta crescimento de 1,5% para o Produto Interno Bruto do país em 2024

ALINE BRONZATI Agência Estado

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) estima que o Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil desacelere o ritmo de crescimento quase pela metade em 2024. O organismo, com sede em Washington DC, espera avanço de 1,5%, ante alta de 2,9% no ano passado, conforme projeções divulgadas ontem.

Caso se concretize, o Brasil deve crescer abaixo da média da América Latina e Caribe e também desacelerar de forma mais intensa. O BID estima que a região deve apontar crescimento de 1,6% neste ano, depois da expansão de 2,1% em 2023, superando as expectativas de especialistas.

"Países de grande porte como Brasil e México propiciaram melhorias relevantes para o crescimento regional", destaca, no estudo Pronto para decolar? Aproveitando a estabilidade macroeconômica para o crescimento, publicado nesta segunda, 11. No geral, a região da América Latina e Caribe demonstrou uma "força econômica inesperada" em 2023, avalia o BID. O México, por sua vez, deve crescer 2,1% em 2024. No ano passado, a economia mexicana, que tem se beneficiado do comércio com países vizinhos, o chamado nearshoring, avançou 3,1%.

As expectativas de crescimento da região da América Latina e Caribe para 2024 são influenciadas por um crescimento global mais baixo, taxas de juro ainda elevadas, preços estáveis das commodities, consolidação fiscal gradual e níveis da dívida relativamente altos, de acordo com o relatório.

"Nossa região enfrenta um triplo desafio estrutural de demandas sociais crescentes, recursos fiscais escassos e baixo crescimento, com os importantes efeitos adicionais das mudanças climáticas", alertou o presidente do BID, Ilan Goldfajn, em nota à imprensa, após o encerramento da assembleia do organismo, realizada em Punta Cana, na República Dominicana.

Para 2025, o BID vê, porém, um movimento de recuperação na América Latina. O **PIB** brasileiro deve avançar 2,0%. Já a economia latina e do Caribe deve acelerar o passo e crescer 2,3%. O México, por sua vez, tende a repetir o mesmo desempenho esperado para este ano.

O BID destaca que a subida de juros por parte dos bancos centrais da América Latina contribuiu para que a **inflação** anual média na região caísse para 3,8% em dezembro de 2023. Já a relação dívida/**PIB** da América Latina e Caribe teve redução de 11 pontos percentuais entre 2020 e 2023, embora essa trajetória tenha exibido desaceleração no ano passado, conforme o relatório. O BID prevê em seu cenáriobase redução de 3 pontos percentuais na relação dívida/**PIB** para a média dos países, para 56% até 2026. Em paralelo, o organismo traça um cenário de choques intensificados. Nessas circunstâncias, a dívida pública média dos países da América Latina e Caribe poderia chegar a 62% até 2026.

Nesse cenário de choques internacionais, a região enfrentaria dois anos de recessão. O Brasil também seria afetado, podendo ver o seu **PIB** encolher 0,2% neste ano e 0,4% no próximo, recuperando-se apenas em 2026, conforme o organismo.

Em seu relatório, o BID faz um alerta sobre a continuidade dos efeitos do fenômeno climático El Niño. Nos seus cálculos, o evento pode levar a um aumento de 3% na dívida como porcentagem do **PIB** da região em três anos, em relação ao cenário-base de 60%.

Inflação anual na Argentina sobe mais e atinge 276% em fevereiro

Luiza Palermo e Pedro Borg De São Paulo

A **inflação** ao consumidor na Argentina continuou subindo em ritmo acelerado em fevereiro, de 13,2% no mês, elevando a taxa em 12 meses a 276,2%, a maior desde maior de 1991, informou ontem o Instituto Nacional de Estatística e Censos (Indec). O país sul-americano segue com uma das maiores taxas de **inflação** do mundo.

Apesar disso, o governo do presidente Javier Milei preferiu destacar o fato do índice mensal ter ficado abaixo da alta de 20,6% de janeiro. Só que a maioria dos analistas argentinos alerta que o índice de março deve reverter a tendência de arrefecimento do início do ano, levando-se em conta dois fatores sazonais importantes: fevereiro, mês mais curto do ano, historicamente apresenta inflações mais baixas, enquanto março sofre mais com impactos de aumento do preço de material e das mensalidades escolares.

"Março costuma ser um mês bastante complicado em termos de **inflação**", diz Nicolás Alonzo, analista da consultoria Orlando J. Ferrerés Asociados. "Em geral, há aumento de muitos preços controlados, sazonalidade desfavorável, enfim, muitas coisas contrárias."

"Consideramos que em fevereiro a **inflação** ficou dentro do esperado, talvez até um pouco melhor. Prevíamos uma taxa de 14,6% apenas para a Grande Buenos Aires, que acabou sendo de 15%. No entanto, março já começa bastante mal: na primeira semana, a **inflação** geral foi de 6,5%, e o núcleo da **inflação** foi de 3,6%. Em fevereiro, começamos com o núcleo da **inflação** na primeira semana em 2,2%", afirma Alonzo.

Logo após o anúncio do dado do Indec, porém, Milei não poupou elogios a si mesmo e a sua equipe. "Esse é o resultado do trabalho do governo nacional para impor uma forte disciplina fiscal", afirmou. "Estamos verdadeiramente muito satisfeitos com as nossas conquistas. Ninguém esperava que alcançássemos um processo de desinflação que estamos vendo tão rápido", disse. Milei, no entanto, admitiu que ainda há muito a fazer. "'Entendemos que os números seguem assustadoramente alto", afirmou.

Apresentar resultados, mesmo modestos, na contenção da **inflação** é fundamental para que Milei

mantenha apoio da população - diante do desgaste causado pelo fim de subsídios às tarifas públicas e de transporte, à correção de salários e aposentadorias abaixo da alta de preços e ao aumento da pobreza, que chegou a 57% em janeiro, segundo estudo da Universidade Católica.

"Controlar a **inflação** é essencial para o futuro dos planos do governo, inclusive para o sucesso da oferta de troca de títulos da dívida que a equipe econômica está promovendo", disse Dante Moreno, analista da consultoria EPyCA, re-ferindo-se à operação de troca de títulos da dívida interna para adiar vencimentos deste ano para entre 2025 e 2028. Esta operação, a maior troca de títulos da história do país, pode alcançar o equivalente a US\$ 65 bilhões.

"Se não conseguir controlar a **inflação** - índice pelo qual a maior parte dos títulos será corrigido - os planos do governo ficarão comprometidos, na medida em que aumentará seu endividamento em médio prazo", afirmou.

Segundo o relatório do Indec, os setores que sofreram as maiores altas dos preços foram comunicação (24,7%), transporte (21,6) e habitação (aluguéis, luz, água e gás, que subiram 20,2%)-itens afetado pelo corte de subsídios do governo. Enquanto isso, os dois setores que registraram as menores variações em fevereiro foram recreação e cultura, com alta de 8,6%, e vestuário e calçados, com alta de 7,2%.

A **inflação** de fevereiro também poderia ser maior, caso a atividade econômica não estivesse dando sinais de queda, segundo a avaliação da maior parte dos analistas - que preveem para os próximos meses uma desaceleração econômica mais acentuada do que a última medida pelo Indec, de 3,1 %, em dezembro.

Na véspera do anúncio da **inflação**, o banco central surpreendeu com um anúncio de corte no juro de 100% para 80%, citando a expectativa de "desaceleração" dos preços. "Os preços no varejo estão em trajetória de queda, apesar do arrasto estatístico dos índices dos últimos meses", justificou o presidente do BC, Santiago Bausili.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187813?page=1>

§ion=1

Inflação forte tira urgência de corte de juro nos EUA

Gabriel Caldeira, Eduardo Magossi e Igor Sodré De São Paulo

Os rendimentos dos Treasuries, títulos do Tesouro americano, subiram nos diversos vencimentos após o  ndice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) dos Estados Unidos em fevereiro surpreender negativamente o mercado ontem. A reação se deu principalmente por conta da alta de 0,4% do núcleo do indicador ante janeiro, acima da previsão do mercado e que sugere ainda menos urgência para que o Federal Reserve (Fed, banco central do país) comece a cortar os juros.

A taxa da T-note de 2 anos avançou para 4,588%, de 4,561% no fechamento anterior. Já a do Treasury de 10 anos subiu de 4,102% para 4,156%.

Os dados divulgados ontem pelo Escritório de Estatísticas Trabalhistas (BLS, na sigla em inglês) dos Estados Unidos deixaram o mercado ligeiramente menos otimista com o ciclo de cortes de juros do Fed. De acordo com levantamento do CME Group, embora o mercado ainda espere o início da flexibiliza o monetária na reunião de junho do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fome, na sigla em inglês), o cenário-base passou a ser de três cortes de 0,25 ponto percentual em 2024, ao invés dos quatro cortes de 0,25 ponto previstos antes do CPI.

Segundo relatório assinado pelo estrategista-chefe de renda fixa do RBC Capital Markets, Blake Gwinn, o banco revisou a sua proje o após o CPI e agora espera 0,75 ponto percentual em cortes do Fed neste ano, ante 1,25 ponto previsto anteriormente. "Ainda temos um início em junho como nosso cenário base, mas agora vemos um ritmo trimestral de cortes", diz Gwinn.

O estrategista cita alguns pontos que considera preocupantes do CPI de fevereiro, como a difusão ainda elevada da **infla o** e a alta de 0,5% do chamado "super-núcleo", que consiste nos preços de serviços não domiciliares com exce o do setor imobiliário como um todo.

"A rigidez da **infla o** no início deste ano, juntamente com a surpreendente resiliência dos dados de crescimento e do mercado de trabalho, minou qualquer urgência para que o Fed possa agir de forma

mais agressiva", diz Gwinn. Além da previsão para os cortes neste ano, o RBC aumentou a proje o para o ponto médio da taxa dos Fed funds no fim do ciclo de flexibiliza o, de 3,375% a 4,125%.

O time de economistas do Bank of America (BofA) destaca que a **infla o** de serviços moderou em fevereiro, mas os preços de bens de consumo surpreenderam com alta. Na margem, o CPI de fevereiro corrobora a previsão de que o ciclo de cortes de juros pelo Fed começará em junho, diz o relatório do banco assinado pelos economistas Michael Gapen e Stephenjuneau.

Outro fator que pesou sobre a demanda por Treasuries hoje foi o leilão de US\$ 39 bilhões em T-notes de 10 anos, que apresentou taxa máxima acima do que era negociado no mercado secundário antes da oferta.

A fraqueza dos Treasuries, no entanto, não se estendeu   bolsa americana, onde o otimismo com o setor de tecnologia segue empurrando os índices acionários a novos recordes. O  ndice S P 500 fechou em alta de 1,12%, a 5.175,27 pontos, e renovou sua máxima histórica de fechamento. O Dow Jones, por sua vez, subiu 0,61%, a 39.005,49 pontos, e o Nasdaq saltou 1,54%, a 16.265,64 pontos.

Dentre os 11 setores do S P 500, o de tecnologia liderou com folga os ganhos ao registrar alta conjunta de 2,54%, com o setor de serviços de comunica o em segundo lugar ao subir 1,17%. A a o da Nvidia fechou em alta de 7,16% e recuperou boa parte da corre o dos últimos dois pregões. Já a Oracle saltou 11,7% após apresentar o seu balanço do último trimestre fiscal.

Segundo avalia o do Goldman Sachs, o rali das bolsas americanas é movido por fatores microecon micos, ao invés das forças macroecon micas que elevaram os rendimentos dos Treasuries desde o começo de 2024. Este ambiente cria um cenário fértil para a gera o de alfa, o que deve beneficiar gestores de fundos, de acordo com relatório do banco, assinado pelo estrategista-chefe de a es dos EUA, David Kostin.

"Os setores de consumo discricionário e de tecnologia da informa o oferecem as melhores oportunidades

de seleção de ações com base em nossa estrutura de dispersão. Em contraste, as ações dos setores de imóveis e serviços públicos são mais orientadas para o macro e têm as pontuações de dispersão mais baixas, indicando menos oportunidades de geração de alfa", avaliam os estrategistas.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187813?>